

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

Tornar visível o invisível

Delinquência Juvenil

Andreia Alexandra Nóbrega Matos Ferreira

Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Doutor Jorge Ferreira, Professor Associado

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

# iscte

SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Tornar visível o invisível

Delinquência Juvenil

Andreia Alexandra Nóbrega Matos Ferreira

Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Doutor Jorge Ferreira, Professor Associado

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



## Agradecimentos

O percurso até então não foi fácil e não o teria concluído sem o apoio de todos os fizeram parte desta montanha-russa do medo à concretização de um sonho...

Á faculdade um obrigado por me ter proporcionado os melhores conhecimentos para uma futura prática, aos amigos que fiz e ainda hoje fazem parte do meu percurso académico. Para além de todas as ferramentas fornecidas, deu-me pessoas maravilhosas, desde amigos, a docentes que me fizeram abrir os horizontes e adquirir pensamento crítico relativamente ao mundo cada vez mais líquido em que vivemos.

Ao meu orientador de tese, Sr. Dr. Professor Jorge ferreira, por todo o acompanhamento e prontidão para me ajudar neste início de uma carreira. Obrigada por ter tornado este fim de trabalho académico possível, ajustando-se sempre à correria e falta de tempo da minha parte.

Á minha família, por serem o meu porto seguro e os meus pilares na minha evolução pessoal. Faço-o por vocês. Obrigada por me transmitirem o amor que precisei para não desistir nesta fase marcada pelo medo e receio, que rapidamente se desvanecia na vossa presença.

Aos meus amigos, presentes ou não, que foram a minha louvada de ar fresco, a minha distração, todos os momentos de loucura, risos, choros, anseios, foram uma parte fundamental na resolução deste puzzle que estava a minha cabeça.

Á minha entidade trabalhadora, que me possibilitou a conciliação de horários para a conclusão deste estudo. Aos meus colegas e à empatia sentida por estes, que me tentavam suavizar carga horária, sempre que possível.

Á minha namorada que, mesmo tendo chegado a meio do processo, foi a minha motivação, abdicando do tempo pessoal para me dar somente uma palavra de conforto, foi o suficiente. Foi sem dúvida, o meu pilar, a minha palavra de conforto quando o receio atingia o seu pico. Foi a minha paz.

A mim. Obrigada.



## Resumo

Esta dissertação contribui para uma reflexão sobre a prevenção da delinquência juvenil através da compreensão dos fatores predominantes envolvidos na tomada de decisão dos jovens, oriundos do bairro social de Chelas, em optarem por não enveredar por uma carreira desviante.

Utilizamos na pesquisa o método científico indutivo de natureza qualitativa, recorrendo às observações e complementando com entrevistas semiestruturadas grupais e individuais gravadas, com base num guião que engloba os fatores de risco e proteção descritos pela literatura, de modo a conhecer as atribuições dadas pelos jovens a esses. As entrevistas foram realizadas aos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos oriundos do bairro de Chelas, na zona metropolitanas de Lisboa.

Através da análise categorial dos dados, concluímos que uma intervenção precoce e eficaz deve englobar fatores de índole familiar, contextuais e sociais. A análise mostrou ainda uma predominância dos fatores individuais na tomada de decisão (Anexo D), devido à atribuição de significados aos estímulos externos ao indivíduo, através do desenvolvimento da racionalidade, ainda que não se tenha concluído em que fase específica da fase de vida de um indivíduo em que a racionalidade se começa a desenvolver contrariamente ao que os jovens acreditavam ser o correto por ser o que conhecem do bairro. Os fatores familiares e contextuais têm a sua percentagem na tomada de decisão, mas concluímos que é através da abertura de horizontes e pensamento crítico que os jovens optam por caminhos convencionais.

**Palavras-chave:** Delinquência Juvenil; Fatores; Percurso de vida; Prevenção; Serviço Social



## Abstract

This dissertation contributes to a reflection on the prevention of juvenile delinquency through understanding the predominant factors involved in the decision-making of young people, from the Chelas social neighborhood, in choosing not to embark on a deviant career.

We used the inductive scientific method of a qualitative nature in the research, using observations and complementing it with recorded semi-structured group and individual interviews, based on a script that encompasses the risk and protective factors described in the literature, to understand the responsibilities given by young people to those. The interviews were carried out with young people aged between 15 and 29 from the Chelas neighborhood, in the metropolitan area of Lisbon.

Through categorical analysis of the data, we concluded that early and effective intervention must encompass family, contextual and social factors. The analysis also showed a predominance of individual factors in decision-making, due to the capacity of rationality in attributing meanings to stimuli external to the individual, although it has not been concluded in which specific phase of an individual's life phase that rationality takes place. begins to develop contrary to what young people believed to be correct because it is what they know from the neighborhood.

**Keywords:** Juvenile Delinquency; Factors; Life path; Prevention; Social service





# Índice Geral

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract .....	v
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1- Delinquência Juvenil: Um Enquadramento Teórico .....</b>	<b>3</b>
1.1. Delinquência Juvenil.....	3
1.2. Fatores .....	4
1.2.1. Fatores de risco familiares.....	5
1.2.2. Fatores de risco escolares .....	7
1.2.3. Fatores de risco contextuais .....	7
1.2.4. Fatores de risco individuais.....	9
1.3. Rotulagem e as suas consequências .....	10
1.4. Mudança de Paradigma .....	12
1.4.1. Fatores de proteção externos .....	13
1.4.2. Fatores de proteção individuais.....	14
1.5. Tomada de decisão.....	21
<b>Capítulo 2- Metodologia .....</b>	<b>25</b>
2.1. Objetivos de investigação.....	25
2.2. Campo Empírico .....	25
2.3. Objeto de estudo.....	27
2.4. Constituição da Amostra .....	28
2.5. Método .....	30
2.6. Técnicas de recolha de dados .....	31
2.6.1. Observação.....	31
2.6.2. Entrevistas semiestruturadas .....	31
2.7. Técnica de tratamentos de dados.....	34
2.8. Questões éticas .....	35
<b>Capítulo 3- Apresentação de Resultados.....</b>	<b>37</b>
<b>Conclusões.....</b>	<b>45</b>
Plano de intervenção .....	47
<b>Limites à investigação .....</b>	<b>49</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>51</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>61</b>

Anexo A- Tabela de Observação.....	61
Anexo B- Tabela de Conceitos.....	62
Anexo C- Declaração de Consentimento .....	67
Anexo D- Tratamento de Dados .....	68

## **Introdução**

Não escolhemos o que nos acontece, mas escolhemos como agir

A presente dissertação emerge da premissa “partam do sítio onde estão”, pois, em termos ontológicos, assume-se que a mestranda está em relação com o que se encontra no campo da investigação, não sendo uma mera espectadora, mas uma participante ativa dada a familiaridade com o bairro que cresceu, Chelas. A questão de partida que se coloca é quais os fatores determinantes na tomada de decisão dos jovens na escolha de caminhos alternativos à delinquência juvenil, pretendendo-se dar sentido à percentagem de jovens que optaram por estilos de vida convencionais, mesmo tendo sido expostos a condições desfavoráveis identitárias dos bairros sociais, em que a marginalidade parece ser a única opção. Neste sentido, tratar-se-á de um estudo etnográfico sobre os jovens oriundos do bairro de Chelas, com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, que superaram as adversidades, tomando a decisão de envergar por caminhos contrários ao padrão de comportamentos expectáveis, ou seja, estudar-se-á a sociologia do improvável de reconhecimento.

A literatura mostra evidências de que ninguém nasce criminoso, apesar de serem vários os estudos que indicam a existência de uma predisposição, que se pode vir a concretizar-se ou não. Efetivamente, sabe-se que, por vezes, a vida no bairro nem sempre facilita a escolha de alternativas pró-sociais, parecendo que somos simplesmente o resultado dos moldes pré-concebidos que a sociedade tem preparados para nós. Contudo, também é do nosso conhecimento que somos detentores de oportunidades para decidir o nosso percurso de vida e criar a nossa própria identidade capaz de romper com os estigmas, prognósticos depreciativos e julgamentos fixados pela sociedade (Fernandes, 1991: 63).

Associado à questão de partida supra-indicada, existem questionamentos que serviram de apoio a este trabalho, nomeadamente, até que ponto os jovens são capazes de determinar o seu percurso biológico a fim de atingir uma mobilização pessoal? Os jovens identificam-se com o espaço? Como se desenvolve uma boa autoestima capaz de romper

com as profecias destinadas? Os jovens que optam por caminhos alternativos à delinquência são mais emocionais ou racionais? Como pode um jovem decidir autonomamente e atempadamente não ingressar por uma carreira desviante se muitos ingressam por essa via como meio para alcançar posses que o bairro não lhes fornece? Como pode um jovem acreditar se desde sempre foi desacreditado? Como se ultrapassam situações adversas da infância? Quais os fatores envolvidos na tomada de decisão para resultados positivos? A resposta a estas questões, levou-nos a conhecer as trajetórias dos jovens delinquentes e não delinquentes e, conseqüentemente através da criminologia do desenvolvimento e do ciclo de vida.

A verificação empírica às questões supramencionadas será distribuída por vários capítulos. Inicialmente apresentar-se-á um enquadramento teórico sobre a temática da delinquência juvenil. No capítulo II, abordar-se-á o método científico indutivo de natureza qualitativa como meio de uma recolha mais rica em informação, através de uma pesquisa com (e para) o público-alvo. Posteriormente, apresentou-se a respetiva análise de dados empíricos a partir das observações etnográficas e entrevistas. Concluímos com o trabalho com as considerações finais e listagem de referências bibliográficas de suporte à pesquisa.



## **Capítulo 1- Delinquência Juvenil: Um Enquadramento Teórico**

### **1.1. Delinquência Juvenil**

A literatura para a delinquência juvenil não é consensual na sua definição bem como na sua prevenção e, por isso, não há uma única teoria que explique o que é realmente a delinquência juvenil, uma vez que, as leis do desvio são impostas por uma sociedade e, por isso, também é certo que o que a sociedade considera como normativo hoje, pode ser o desviante no futuro (Born, 2005). Ainda assim, atualmente, define-se a delinquência como um fenómeno plural, diverso, complexo, multifacetado polimorfo, dinâmico e versátil, assumindo diversas formas de comportamento, sem uma única causa que explique o motivo que impulse um jovem a tornasse delinquente.

A delinquência, na sua raiz etimológica e numa dimensão legal e objetiva, refere-se ao indivíduo que praticou uma ação reconhecida como um ato ilegal, uma infração (delito), violação de normas, hábitos ou regras definidas em códigos e diplomas ou costumes que são aceites numa determinada sociedade e, por isso, sofrem uma condenação (Negreiros, 2001; Murray & Farrington, 2010; Duarte, 2012). Começou a ganhar conteúdo específico em Inglaterra, em 1815, um ano após a condenação à morte de cinco crianças, resultando, posteriormente, na afirmação por parte das entidades oficiais de que adultos e crianças autores de delitos não podiam continuar a ser tratados social e juridicamente da mesma forma (Digneffe, 1995).

De acordo com Negreiros (2010), a delinquência juvenil pode ter definições diferentes, tendo em conta a área a que se dirige, nomeadamente, área legal, sociológica ou psiquiátrica/psicológica. Então, segundo a definição legal, o conceito de delinquência é efetuado com base em critérios jurídico – penais, em que o “delinquente é o indivíduo que praticou atos dos quais resultaram uma medida ou condenação pelos tribunais” (Negreiros 2001, pág. 14). Tendo em conta a definição sociológica, a delinquência é considerada como o comportamento que se afasta significativamente das normas, padrões de conduta e expectativas sociais determinadas por uma dada cultura. A definição psiquiátrica/psicológica, considera a delinquência como o “comportamento antissocial” que é clinicamente significativo no sentido em que se situa para além dos limites do que clinicamente pode ser considerado como o funcionamento normal” (Negreiros, 2001, pág.12).

Surge assim, pela primeira vez, a definição sociológica de desvio referindo-se à prática de factos qualificados, pela lei penal, como crime por aqueles que, pela sua idade, são considerados criminalmente inimputáveis e, por isso, a reação social de que são alvo é diferenciada face aos adultos, na forma de etiqueta: delinquentes.

## 1.2. Fatores

Ao longo dos últimos anos, vários autores têm-se ocupado de categorizar os diferentes fatores de risco e de proteção por domínios (e.g., familiares, contextuais, a título ilustrativo a escola e o grupo de pares, assim como individuais, intrínsecos ao próprio indivíduo nomeadamente, a personalidade, (Moffitt, 1993).

Os fatores de risco têm sido entendidos como aqueles que aumentam a probabilidade de ocorrência dos comportamentos antissociais e delinquentes, ou seja, considera-se fator de risco um acontecimento, ou situação, que aumenta a probabilidade de desencadear, manter ou agravar um determinado problema que possa ocorrer (Dias, 2012). Quando estamos perante um fator de risco, encontramos-nos, perante uma variável que antecipa uma alta probabilidade de condutas criminais futuras (Farrington et al., 2012), podendo derivar da sua própria personalidade ou do meio social onde estão inseridos. Enquanto os fatores de proteção têm sido entendidos como indicadores que inibem a ocorrência destes mesmos comportamentos (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009). Segundo Andrews e Bonta, em 2010, os principais fatores de risco são conhecidos por Big Four, designadamente a História Criminal, Personalidade Antissocial que inclui impulsividade, aventureirismo ou busca de emoções, défices de autocontrolo, agitação e agressividade e falta de sensibilidade em relação aos outros, Crenças e Atitudes Antissociais caracterizado pela descrença na validade da lei, desrespeito pelas autoridades, atitudes negativas em relação às instituições convencionais, ressentimento, desvalorização das competências necessárias para uma vida sem cometimento de crimes, apoio a valores criminais, utilização de técnicas de neutralização da culpa, ou seja, atitudes, valores, crenças, racionalizações favoráveis à atividade criminal e a Associação a Pares Antissociais devido à estreita ligação com os jovens que se envolvem e apoiam um estilo de vida criminal e afastamento de atitudes pró-sociais pois os jovens rejeitados



e impopulares entre os colegas convencionais podem encontrar aceitação nos pares antissociais ou delinquentes devido à aprendizagem por modelagem social.

São diversos os motivos para a prática criminal e para a continuidade da mesma, e estes motivos variam segundo fatores de proteção ou fatores de risco externos e internos que serão retratados neste trabalho, nomeadamente, fatores de risco.

#### 1.2.1. Fatores de risco familiares

A relação entre as experiências adversas na infância, os indicadores indiretos com o envolvimento em comportamentos delinquentes ou a predisposição à delinquência é continuamente reportada na literatura (Widom, 1989a, 1989b), dado a influência das experiências e circunstâncias sociais no envolvimento (ou não) do jovem em comportamentos desviantes, descritas ao longo do trabalho de forma a entender quais os fatores que estiveram presentes de forma mais significativa no percurso de vida da nossa amostra (Capítulo II).

São ainda inúmeros os estudos acerca dos fatores de risco e protetores familiares (e.g., Ferreira, 1997; Carrilho, 2000; Farrington, 2001; Born, 2005; Martins, 2005). Torna-se, portanto, relevante abordar fatores externos à tomada dos jovens como ambientes familiares disfuncionais que, para Farrington, em 2002, são importantes preditores de comportamentos delinquentes, uma vez que, as disfunções familiares podem contribuir para a promoção da delinquência juvenil (Sousa Santos, 2004). Segundo a Teoria da Desorganização Social, de Clifford Shaw e Henry MacKay (1942) o crime é fruto da rutura e má estruturação das unidades familiares, que controlariam o crime.

Esses fatores micro – ambientais, são relacionados com a estrutura e qualidade das relações familiares (Rhodes et al., 1991), onde estão presentes o conflito familiar, a separação e o divórcio, padrões de comunicação, proteção ou ausência de suporte parental e relações cuidadoras, de intimidade e de confiança, consumo de drogas pelos cuidadores, história criminal familiar, ou seja, a existência de historial de familiares condenados, é ainda referida a pobreza familiar incluindo baixo rendimento familiar, famílias numerosas, condições de habitação degradantes, disciplina rígida e autoritária, fraca supervisão, conflito parental e separação dos pais.

A deficitária supervisão dos pais é um preditor muito forte da delinquência (Smith & Stern, 1997), os adolescentes que vivem em bairros pobres e com elevada criminalidade, têm menos apoio parental e menos supervisão (Furstenberg, 1993; Brooks-Gunn, Duncan & Klebanov, 1994), praticando mais comportamentos antissociais e delinquentes (Bates, Beyers, Dodge & Petit, 2003). Segundo jornal britânico, Mail on Sunday, em 1988, quando os indivíduos são questionados relativamente às principais causas do crime, referem a falta de métodos educativos dos pais bem como a falta ou aplicação de disciplina de forma errada de disciplina ou controlo. Muitas vezes os pais ignoram o mau comportamento e, noutras, punem-no severamente, paralelamente a este fator agrava-se com a falta de comunicação entre os pais no que respeita à educação, podendo um dos progenitores ser bastante tolerante e o outro bastante severo. Também Carvalho (2004a) advoga que os pais dos jovens delinquentes são, por norma, ausentes, impossibilitando que o jovem tenha acesso a um modelo de autoridade, bem como a regras e limites. Quando o número de filhos aumenta, a atenção individual que os pais podem dar a cada filho diminui, podendo levar ao aumento de frustração, irritação e conflito (Farrington, 2002). Deparado com uma conjectura familiar baseada em relações disfuncionais e instáveis, o jovem torna-se menos tolerante à frustração e o comportamento antissocial aparece quase como um escape, através do qual o jovem exterioriza os seus sentimentos.

Quando os adolescentes são expostos a um ambiente familiar agressivo, verifica-se uma forte associação à delinquência e aos comportamentos violentos (Farrington, 1989; Dishion, Kavanagh & Patterson, 1992; Eron, Huesmann, Lefkowitz & Walder, 1984). Jovens vítimas de maus-tratos físicos tendem a apresentar comportamentos delinquentes persistentes, as experiências de vitimização têm sido entendidas como fator de risco da delinquência juvenil (Ireland, et al., 2002; StouthmerLoeber, Wei, Homish & Loeber, 2002).

Os resultados mostram que pais delinquentes e antissociais tendem a ter crianças delinquentes e antissociais, uma vez que, descender e fazer parte de uma família com histórico de condenações influencia a criação da própria personalidade e as convicções da criança, podendo os jovens acabar por reproduzir os comportamentos delinquentes dos seus familiares (Fernandes, 2014). Perante a inconsistência e a hesitante resposta dos pais quando confrontados com comportamentos delinquentes, ou mesmo perante comportamentos desviantes dos próprios pais, os jovens tendem a tornar-se desviantes (Farrington, 2002).

### 1.2.2. Fatores de risco escolares

Nas escolas que se encontram mal organizadas, onde existem elevados níveis de desconfiança entre professores e alunos e regras incoerentes, os jovens têm menor propensão a valorizar a sua educação e a realizarem as suas tarefas escolares, encontrando-se mais propícios a influências de pares delinquentes (Herrenkohl et al., 2001). Quando isto acontece, ficam favoráveis ao contacto com a desordem, e identificam-se com exemplos de identidade social desajustados.

Em suma, os fatores escolares, nomeadamente, acesso limitado à educação de qualidade, traduzem-se em dificuldades de adaptação ao meio escolar, dificuldades de aprendizagem, absentismo, insucesso escolar e baixo desempenho escolar (Azevedo, 2013).

### 1.2.3. Fatores de risco contextuais

Os fatores macro – ambientais como a privação social e económica, relacionada com a pobreza, desemprego ou falta de oportunidades de emprego, fraca qualidade nas habitações ou sobrelotação, crime, entre outros são preditores do envolvimento em comportamentos desviantes.

Estudos baseados em inquéritos regionais mostram que residir num sítio com baixo nível socioeconómico origina uma maior probabilidade de praticar comportamentos delinquentes graves e persistentes (Beyers, et al. 2001). A ausência de poder de capital, em comunidades residenciais desorganizadas, torna-se favorável ao comportamento desviante, pois situam-se em bairros com alta densidade populacional, onde existe falta de vigilância em locais públicos, deterioração dos espaços e altas taxas de criminalidade. Chamar-se-ia, segundo a teoria da anomia desenvolvida por Robert King Merton (1938), anomia originada devido à situação social marcada pela falta de coesão e ordem, relativamente a normas e valores, reagindo às circunstâncias e privações de que se é alvo.

No século XIX, a delinquência era vista como resultado da conflitualidade entre as condições de vida, promovidas pelas mudanças sentidas pela industrialização, e a pressão social que conduzia à revolta das classes populares, impactando as dinâmicas de reflexividade nas possíveis tomadas de decisões, resultando num conjunto de comportamentos destrutivos e ilegais como resposta natural às situações que se encontram, segundo Merton, em 1938. Paralelamente a esta visão, Becker (1963) afirma que o comportamento delincente é protagonizado por indivíduos que não se identificam com as normas e com os papéis determinados pela sociedade e, por isso, violam uma norma e não obrigatoriamente uma lei. Segundo Giddens (2009), a delinquência juvenil são todos os factos qualificados como crime praticados durante a infância/adolescência, que expressam a inadaptação/inconformismo do jovem à sociedade através de atividades que não se constituem como uma conduta criminosa.

#### 2.1.2.1. Associação a pares

Para além dos fatores supramencionados, existe o fator micro- ambiente, ou seja, a associação a pares delinquentes pois o grupo é tido como o principal agente de socialização entre os adolescentes, uma vez que, estes aos poucos se desvinculam da família e se vinculam aos pares ganham acesso a bens que a sociedade lhes negou, denominadas como redes ocultas através de uma transmissão intergeracional. Segundo alguns autores (e.g., Thornberry et al., 1998; Farrington, 1999) ter amigos com comportamento antissociais é uma das correlações mais consistentes de se adotar o mesmo tipo de comportamentos devido à influência do grupo de pares. Assim, os jovens delinquentes têm tendência a associar-se a um grupo de amigos com os mesmos comportamentos (Baerveldt, Volker & Rossem, 2008).

Edwin H. Sutherland (1945), afirma que a aprendizagem social pode influenciar o envolvimento em comportamentos criminosos, uma vez que, os jovens sentem-se confrontados pela (re)produção das identidades sociais, dado o sentido de pertença como processo de identificação, pelo qual se designa o “eu” ou os grupos a que se pertence. Um estudo realizado por Beyers (2001) conclui que ter atitudes positivas face aos comportamentos delinquentes dos pares, aumenta o risco de envolver em comportamentos delinquentes.

Alguns autores, têm-se dedicado a compreender o consumo entre os jovens. A influência do grupo de pares surge como o maior poder preditivo para o consumo de drogas, considerado um problema social crítico porque, para além da sua natureza ilegal, as drogas podem atuar como um ponto de partida ou como um fator causal para o comportamento delinvente futuro e grave. Neste sentido, o consumo de drogas é também um fator de extrema importância, uma vez que é um dos comportamentos mais frequentes entre os jovens, sendo também influenciado pelo grupo de pertença.

#### 1.2.4. Fatores de risco individuais

São fatores individuais os traços de personalidade do indivíduo, isto é, as tendências que subjazem ao comportamento pelo qual o indivíduo opta perante determinadas circunstâncias (Farrington, 2002). A agressividade, a impulsividade, o egocentrismo, os problemas comportamentais precoces, o baixo nível de desenvolvimento moral, as deficitárias competências sociais e pessoais, a resistência à mudança, baixa empatia, problemas relacionais e de vinculação, os desequilíbrios fisiológicos, rotinas destruturadas, baixa autoestima, em que quanto pior for a imagem que o jovem tem de si próprio, maior é a sua propensão a condutas delinquentes, falta de habilidades de resolução de problemas, dificuldades de controlo emocional, impulsividade e falta de empatia são um conjunto de fatores individuais que podem contribuir para o desenvolvimento da delinquência juvenil (Pral, 2007).

Em 2013, a *American Psychiatric Association* reporta o comportamento delinvente como uma perturbação do comportamento, ou seja, o indivíduo apresenta uma patologia individual, nomeadamente, a nível do autocontrolo e sentido de moralidade, comprometendo-lhe uma visão de empatia face à sociedade. Na perspetiva de Moffitt (2006), a delinquência persistente encontra-se relacionada com défices neuropsicológicos como hiperatividade, temperamento difícil durante a infância, baixo autocontrolo e impulsividade, que podem ser hereditários ou adquiridos, por exemplo, a partir de problemas pré-natais ou abuso de crianças, ao que se lhes somam contextos sociais desfavoráveis.

A título demonstrativo, a investigação longitudinal de Cambridge (Farrington et al., 2003), que contou com 411 jovens do sexo masculino, elenca um conjunto de fatores preditores da delinquência, entre eles, a hiperatividade, impulsividade, déficit de atenção, baixa inteligência, aquisições escolares pobres. O estudo de Pittsburgh (Loeber et al., 1998), que contou com 1517 jovens do sexo masculino provindos de zonas comunitárias com elevadas taxas de criminalidade, identifica uma forte relação entre fatores individuais tais como, impulsividade, baixo quociente de inteligência, vivência de emoções negativas (e.g., raiva, ansiedade, medo) e a perpetração de comportamentos delinquentes.

### 1.3. Rotulagem e as suas consequências

Como fora supramencionado, segundo Giddens (2002), o desvio é considerado a partir dos atos que infringem normas, sofrendo, posteriormente, uma rotulagem estigmatizante que condiciona o comportamento e identidade do jovem, uma vez que este, aceita o rótulo que lhe fora atribuído, passando para a fase de desvio secundário, desenvolvido por Lemert (1974). Na verdade, “o desviante é alguém a quem a etiquetagem foi aplicada com sucesso” (Becker, 1991) por uma convenção jurídica em forma de compromisso entre as diversas forças sociais sobre a infância e os direitos da criança. De acordo com a teoria do *labelling*,<sup>1</sup> (Becker, 1963; Lemert, 2004) também denominada como teoria da Reação Social, o comportamento criminal resulta do rótulo que as instâncias de controlo formal e informal atribuem aos indivíduos, passando por um processo de estigmatização social. Posto isto, a noção de desvio não é inerente ao ato em si mas, antes, vista como uma reação à própria etiqueta presa ao ator social (Fernandes, 2014), consciente da reprovação social face às suas condutas marginais, e, uma vez rotulado como delinquente, sente-se socialmente estigmatizado e segregado, sendo alvo de uma pressão social que o “obriga” a assumir os rótulos que a sociedade lhe atribuiu (Kelly, 1978; Hess, 2010).

Esta etiquetagem origina um desenvolvimento de uma perceção negativa sobre os bairros sociais e, simultaneamente os seus habitantes passam a vivenciar estes espaços

---

<sup>1</sup>O *labeling approach* situa-se nas teorias do processo social. Segundo esta, o indivíduo possui a mesma potencialidade intrínseca de vir a cometer condutas como sendo criminosas. Pressupõe a existência de fatores sociais que aumentavam a possibilidade de cometimento dessas condutas tipificadas como crimes, presentes especialmente nas classes sociais marginalizadas, marcadas pela pobreza, carência e baixa escolaridade.

como guetos sociais (Augusto, 2000; Quintas, 2008), em que os moradores assumem essa imagem pública socialmente desvalorizada, assumindo-a, não porque se considerem marginais ou delinquentes, mas porque existem no bairro determinados elementos com comportamentos desviantes que dão aos bairros má fama (Quintas, 2008, pág.53). Assim sendo, a rotulagem não só afeta a forma como os outros veem o indivíduo, como também influencia a ideia que têm de si mesmo, acreditando na ausência de oportunidades de melhoria e, por isso, sentem-se condenados pela sua aparente incapacidade para alcançar condições melhores de vida, alimentando o estigma negativo que levará ao desvio. A identidade negativa resulta da tendência discriminatória da sociedade e da ação estigmatizante das instituições sociais, como uma “categoria social onde a tensão identitária é particularmente forte” devido à extrema “escassez de recursos e de uma etiquetagem pesada a que se encontram sujeitos” (Diogo, 2007), impedindo a possibilidade de mobilidade social ascendente, levando os jovens a encararem-se como não responsáveis pela mudança, partilhando uma “atitude de apatia e de descrença” (Mendes, 2005a: pág.201). Na verdade, é difundida a ideia de que existe liberdade de escolha, mas quando os pontos de partidas são desiguais a liberdade encontra-se altamente ameaçada.

São assim pluriformes as consequências nas vivências dos habitantes nesses espaços sociais, designadamente: alteração dos modos de sociabilidade dadas as dificuldades de adaptação ao tipo de habitação, desenvolvimento de dinâmicas sociais próprias e sociabilidades plurais e incorporação do sentimento de marginalidade e de exclusão face ao espaço urbano e aos modos de representação que os outros detêm (Guerra, 2002), como produto “de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, o que leva a uma não participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade – inerente à figura dos excluídos – opondo-se claramente à noção de integração social” (CIES/CESO I&D, 1998; Capucha, 1998, pág. 64).

Torna-se necessário um empoderamento, segundo Paulo Freire (2002), como processo e resultado, concebido através de um processo de conscientização e respetiva tomada de decisão, na qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos e através do pensamento crítico em relação à realidade que favoreceu a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder (Baquero, 2012, pág 181). Nesta dissertação

pretendeu-se estudar o fenômeno de empowerment radical, que articula três dimensões: a dimensão individual ou interior, designado como um processo que permite a cada indivíduo desenvolver uma consciência crítica para a construção de uma imagem positiva de si, a aquisição de conhecimentos e competências que favoreçam a compreensão crítica do meio assim como o desenvolvimento de recursos individuais e elaboração de estratégias para se atingirem objetivos pessoais e coletivos.

#### 1.4. Mudança de Paradigma

“Agir, eis a verdadeira inteligência. Serei o que quiser. Mas tenho de querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito.”

Fernando Pessoa

Com vista à diminuição dos fatores de risco, vários autores têm defendido a necessidade de estudar os fatores de proteção (Fernandes, 2014), que podem atenuar os efeitos negativos dos fatores de risco, fornecendo, ao indivíduo, condições para que este opte por comportamentos socialmente adequados (Pral, 2007). De acordo com Wasserman, et al. (2003), os fatores de proteção podem compensar a influência da exposição das crianças aos fatores de risco, pois representam potenciais moderadores dos efeitos de risco, encontrando-se, também, associados à desistência da atividade delinvente (Hoge et al., 2012). Deste modo, têm sido desenvolvidos alguns esforços na identificação de fatores de proteção, uma vez que, apesar de existirem vários fatores que contribuem para a probabilidade no envolvimento no comportamento delinvente, não determina necessariamente que os jovens se tornem delinquentes (e.g. ClementsNolle & Waddington, 2019; Fox, 2019).

Ao longo dos trajetos de vida e vivências quotidianas os indivíduos experimentam múltiplos desajustes contextuais e biográficos, geradores de incerteza e tensão, uns com mais impacto do que outros nas suas formas de agir e de pensar, contudo, segundo Lahire, em 2001, não têm necessariamente implicações decisivas nas existências individuais, podendo constituir-se como estímulo para o desenvolvimento de competências reflexivas. Dada a importância do jovem se definir enquanto pessoa, as escolhas que fazem



precocemente na vida, quer na infância, quer no início da adolescência, vão influenciar o seu futuro, sobretudo, a pertença a um grupo, os valores, os costumes, o estilo de vida que adotam, o meio sociocultural em que vivem, e a própria família. Assim, existem adolescentes que escolhem adotar padrões de vida convencionais, socialmente aceites para a sua integração na comunidade, outros, que por razões adversas, escolhem padrões de vida não normativos como forma de viver.

Estudos como o de Leban e Gibson, em 2019 e Widom, em 1989, mostram que experiências adversas na infância podem ter influência no envolvimento em comportamentos delinquentes durante a adolescência, contudo nem todos os adolescentes maltratados envolvem-se neste tipo de comportamentos. Assim sendo, neste estudo, forçar-nos-emos nos indivíduos excluídos que moldam a sua identidade social em torno do fechamento sobre si mesmos, através da dessolidarização com os outros e o desenvolvimento de estratégias individuais de mobilidade social, numa lógica de descontinuidade social face às expectativas colocadas nos bairros sociais.

Efetivamente, não existe uma percentagem exata que possa ser aplicada universalmente aos jovens oriundos de bairros sociais que não ingressam numa carreira desviante, mas sabe-se que a diferença entre os jovens desviantes e aqueles que têm sucesso está relacionada com fatores de proteção individuais e contextuais (Fergus & Zimmerman, 2005). Gramezy, em 1993, caracteriza os fatores de proteção em três categorias, fatores de proteção familiares, fatores de proteção relacionados com o suporte social e fatores de proteção individuais.

#### 1.4.1. Fatores de proteção externos

Aos fatores de proteção familiares, estão relacionados a coesão familiar, a afetividade e presença de uma figura adulta que preste cuidados, que assumam o papel parental na ausência dos pais, ou em situações de conflito conjugal, uma supervisão rigorosa e um envolvimento positivo na vida dos filhos, ajuda a protegê-los de se envolverem em comportamentos antissociais (Cook, Eccles, Elder, Furstenberg & Sameroff, 1999; Gorman-Smith, Henry & Tolan, 2000). O jovem que tenha boas relações afetivas

familiares, supervisão, disciplina, limites e regras, encontra-se mais resguardado da prática de comportamentos delinquentes.

Segundo Ferreira (1997) a família constitui-se como um elemento protetor para o jovem, quanto mais a família desaprovar a prática de comportamentos delinquentes, menor é a probabilidade deste se envolver nos mesmos. O autor refere ainda que a família poderá ser um fator protetor da delinquência juvenil em torno de três dimensões: supervisão familiar, identificação com os pais e comunicação íntima. Manso (2006) advoga que, no que respeita aos fatores familiares, a participação ativa na educação dos filhos, a vinculação afetiva e a orientação para valores sociais são fatores de proteção.

Os fatores de proteção relacionados como o suporte social, podem dizer respeito ao suporte fornecido por uma figura substituta da mãe, uma instituição, atitudes favoráveis em relação à saúde, intolerância face ao desvio, relações favoráveis com os pares e com outros adultos, percepção da existência de um sistema de regulação de comportamento por parte das figuras parentais, amigos com um comportamento pró-social e convencional, existência de boas condições habitacionais, de boas redes de suporte social, e de escolas dotadas de ofertas e de estratégias positivas relativamente ao comportamento, nomeadamente, um professor como orientação positiva em relação à escola e que valorize os resultados escolares e postura dos jovens. O acesso a uma boa educação é igualmente crucial para o desenvolvimento de uma identidade positiva dado que estas estruturas constroem, mas também capacitam e criam condições de possibilidade para o desenvolvimento de reflexividade, habilidades e perspetivas mais amplas (Archer, 2003a; Giddens, 2004).

#### 1.4.2. Fatores de proteção individuais

Esta dissertação, focar-se-á na perspetiva cognitiva e humanista, ou seja, na ideia de que os pensamentos e crenças explicam e conduzem o comportamento individual e, por isso, tem como base a teoria de Erickson (1950) que responsabiliza o indivíduo para a mudança de comportamento, uma vez que, os criminosos não deveriam ser responsabilizados quando os fatores que originam este tipo de comportamento estavam além do controlo dos jovens.

Como fator de proteção de cariz individual, apresenta-se a abordagem sistémica cibernética, que defende que o indivíduo é um sistema aberto, capaz de autorregulação através da gestão das suas emoções em situações desafiadoras, tendo dentro de si a capacidade para lidar com o stress de forma eficaz, controlar impulsos emocionais, regular o humor e adaptar-se às mudanças. Manso (2006), nomeia características de personalidade, capacidades cognitivas e de controlo interno como a resiliência, autonomia, autoconfiança, confiança nos outros, responsabilidade, iniciativa, autocontrolo, temperamento, nível de atividade, capacidade de reflexão no confronto com novas situações, competências cognitivas e respostas positivas às necessidades dos outros.

A atitude negativa face aos comportamentos antissociais, a perceção do risco, a capacidade de comunicação, e as competências sociais para lidar com o stress e a agressividade têm sido discutidos como elementos que protegem o jovem da realização de comportamentos delinquentes (Farrington, 2001). Primeiramente, começaremos por conceitos desenvolvidos por Fox, em 2019, nomeadamente a resiliência, pois enquanto estudos anteriores mostraram repetidamente a relação entre trauma na infância e crime, pouco é conhecido sobre o papel que a resiliência tem nesta relação, bem como o papel fulcral da reflexividade e racionalidade. Segundo Naney Sheper-hughes e Caroline Sargent, em 1998, a antropologia da infância, é representada como uma história de resiliência e sobrevivência contra todas as dificuldades. Segundo Giddens, em 1991 e Beck, em 2010, estamos perante a segunda etapa da modernidade nas sociedades contemporâneas caracterizadas por um carácter generalizado da individuação através de uma reflexividade individual. Assim sendo, Giddens, em 2002, aborda as competências individuais, frisando o papel da reflexividade como mediadora da relação dos jovens com as estruturas sociais, mas afirma que a autonomia individual é resultado de um contexto particular, o estado tardio da modernidade. Os indivíduos, face aos diferentes contextos e papéis, desenvolvem diferentes competências reflexivas, inclusive o exercício da reflexividade é indissociável dos posicionamentos dos jovens face às condições de vida a que são sujeitos, nomeadamente, terem experienciado desigualdades, injustiças ou falta de oportunidades, afetando as suas crenças em relação a um mundo justo.

A resiliência, apresenta-se como uma característica ou traço (e.g. determinação, perseverança) que permite aceitar o self e vida que se forma antes da puberdade (e.g. equilíbrio, perspectiva de vida equilibrada) e, que segundo a visão de Hu et al., em 2015,

melhora a adaptação do jovem permitindo-o lidar com a adversidade. Um primeiro aspeto a ter em consideração é que “a resiliência não é uma qualidade que o adolescente tem presente em todas as situações” (Fergus & Zimmerman, 2005, pág.404) e, por isso, não deve ser considerada de forma isolada, mas sim de forma dinâmica juntamente com os riscos, dado que ambos vão mudando ao longo do tempo, alterando a probabilidade de se atingir um resultado positivo (Boden et al., 2016). Estes observaram que adolescentes que enfrentavam desafios significativos (e.g. viver em ambientes familiares instáveis, ter um background socioeconómico baixo) apresentaram menores pontuações de resiliência, justificado pela ausência de fatores de protetores, que tipicamente promoveriam estratégias de *coping* pró social para a superação das adversidades e desafios e ajudariam a lidar de forma eficaz com o stress, com a pressão social e outras situações difíceis.

A orientação social positiva, o quociente intelectual elevado, o temperamento resiliente, relações calorosas e afetivas, adesão a linhas convencionais de atuação, crenças adequadas e precisas quanto aos comportamentos estandardizados (Hawkin et al, 1992; Rutter, 1990; Werner & Smith, 1992) são alguns dos fatores de proteção que podem atenuar a predisposição dos jovens aos fatores de risco, sendo eles delinquentes ou não delinquentes. A Teoria da Autodeterminação possui os pressupostos da Psicologia Humanista, segundo a qual o ser humano é dotado instintivamente de uma tendência a buscar o desenvolvimento do seu potencial (Frankl, 1925/2003; Maslow, 1943; Rogers, 1960).

“Em nome de interesses pessoais, muitos abdicam do pensamento crítico, engolem abusos e sorriem para quem desprezam. Abdicar de pensar também é crime.”

Hannah Arendt

Pouco tem sido feito no sentido de compreender explicitamente a forma como operam os processos mediante os quais as pessoas refletem sobre aquilo que as rodeia e o modo como agem com base em deliberações reflexivas nos diversos contextos sociais por onde se movem. Como refere Born (2005), a passagem ao ato, é o resultado de um percurso pessoal do jovem, enquanto um outro jovem encontrará outras condutas não delinquentes para alcançar os seus objetivos ou para resolver uma situação problemática.

“A complexidade do sistema capitalista neoliberal dificulta passos maiores, mas para aqueles que sonham com uma sociedade justa, um passo maior nunca é uma impossibilidade”

Roso e Romanini, 2014

Como fora dito anteriormente, existem jovens que têm perspectivas diferentes baseadas nas experiências pessoais positivas e ambientes sociais favorável à superação dos desafios, alterando a sua crença num mundo justo, nomeadamente, as suas perceções de justiça e equidade nas interações sociais e na distribuição de recursos. Por vezes, as influências informais chegam a ter mais força que a lei formal, sendo, frequentemente, capazes de regular sem a necessidade de recurso à lei (Schwartz, 1978; Foglia, 1997). A socialização, por sua vez, para além de ser uma escola para o crime, está igualmente na origem da liberdade e individualidade para o desenvolvimento da identidade e capacidade para pensar e agir de forma independente, contribuindo para o desenvolvimento de tendências pró-sociais, uma vez que, “a identidade indica uma singularidade”, como “processo de identização” (Pierre Tap, 1979) através do qual “eu me distingo dos outros, afirmando a irredutibilidade individual da estrutura do meu sistema de personalidade” (Silva, 2016: 5). Segundo a redefinição de socialização de Pedro Abrantes, em 2011, esta trata-se de um processo de constituição dos indivíduos e das sociedades, através das interações, atividades e práticas sociais, regulado por emoções, relações de poder e projetos identitários-biográficos, numa dialética entre organismos biológicos e contextos socioculturais. Articulam-se, assim, as dinâmicas de individualização e subjetivação com as relações estruturais de apropriação, dominação e exclusão. Partimos da premissa de que todas as experiências do indivíduo, ao longo da vida, contribuem para o processo de socialização, ou seja, para a construção de disposições internas que permitem uma participação na vida social. Face ao exposto, a experiência dos indivíduos é apenas uma fração do todo social e depende da capacidade (e disposição) de interpretar e interpelar o social, ou seja, a informação resulta das experiências que posteriormente é mobilizada através de processos intersubjetivos, de seleção, generalização e analógica. Socialização e individualização constituem duas faces da mesma moeda (Elias, 1983), pois nos mesmos atos e relações, tornamo-nos pessoas e fazemos sociedade. A sociologia disposicional tem em conta a multiplicidade de contextos de socialização que

condicionam o agir, o pensar e o sentir dos indivíduos sociais (Lahire, 2003, 2013), tornando o jovem um ser socialmente individualizado, incorporado e interiorizado num corpo individual. De acordo com a teoria interpretativa de Corsaro (1997), a criança, na sua interação com os demais recebe continuamente estímulos para uma integração social, sob a forma de crenças, valores e disposições, que ao invés de serem passivamente incorporados em saberes, comportamentos, e atitudes são transformados, gerando juízos de valores e interpretações capazes de transformar de forma ativa. A sociologia da individuação à maneira como a concebe Martuccelli (2006, 2010a) parte dos indivíduos e das suas existências sociais para fazer uma análise macrosociológica. É uma sociologia que reconhece a pluralidade das existências individuais numa mesma situação de classe ou numa mesma categoria profissional, procurando compreender sociologicamente uma determinada singularidade societal, dando uma importância central ao sentir, pensar e agir dos indivíduos, sendo a leitura à escala macro o seu objetivo fundamental.

Acredita-se que o nosso público-alvo são seres dotados de individualidade, livre-arbítrio e autonomia capazes de interiorizar, refletir, recusar ou negociar a definição do seu estatuto como estratégia para aquisição de uma autoidentidade positiva através da tomada de decisões saudáveis e, conseqüentemente, uma integridade pessoal. Na verdade, “os indivíduos não podem aderir totalmente a papéis e a valores que não têm já necessariamente coerência interna, eles não se “colam” às suas personagens” (Dubet, 1996, pág. 17). A vida interior de cada sujeito encontra-se localizada na sua mente individual e é nesse espaço de interioridade que decorrem as conversas internas e os processos reflexivos por via de diálogos internos, nas suas mentes, mediante os quais estabelecem objetivos, definem prioridades, ponderam opções e dificuldades e elaboram projetos, para melhorar as suas condições de vidas e alcançar sucesso pessoal. Archer, em 2003, defende a noção de diálogo como meio a uma introspeção, concebendo os indivíduos como agentes ativos no seu espaço interior e não como meros observantes da sua vida interna, permitindo compreendem não só o mundo, mas o lugar que nele ocupam. O objetivo é compreender, em moldes específicos, o que leva a que a reflexividade seja exercida, em determinados contextos, e que efeitos têm na definição das condutas, ou seja, como se constitui e se desenvolve numa pessoa a capacidade de pensar sobre si mesma e sobre as suas condições sociais.

Segundo a psicologia do desenvolvimento, o jovem é visto como um ser em desenvolvimento, percorrendo várias fases decorrentes da sua natureza biopsicológica,

num processo contínuo de aprendizagem e acomodação de conhecimento, destreza, capacidade relacional e consciência moral. O que se questiona é em que fase de vida, descrita por Jean Piaget, em 1896, o jovem percebe que não lhe agrada a vida no bairro? Apesar das críticas feitas à sua concepção associal e acultura do desenvolvimento de maturidade, acredita-se na natureza psicológica no processo de maturação e reflexividade o modelo construtivo de Piaget, assenta na ideia da existência de etapas de desenvolvimento cognitivo e sociomoral que podem ser conduzidas e estimuladas pelas ações dos demais. Piaget visualiza, no desenvolvimento da criança, a estrutura sobre a qual se ergue o desenvolvimento adulto e, como tal, estuda as características dos estágios que desenvolve a cognição, moralidade e afetividade. Ao longo da obra piagetiana a criança não pode ser considerada como um pequeno adulto, mas sim, um ser que possui um arcabouço cognitivo, afetivo e moral específico, a partir de quatro fatores, maturação, experiência física com os objetos, relacionamento social e autorregulação, até alcançar a vida adulta com o pleno desenvolvimento.

Locus de controlo interno, segundo Rotter, em 1966, é um conceito da psicologia que se refere à percepção e crença que um indivíduo tem sobre a influência, que ele ou outros, têm sobre os eventos e resultados da vida, ou seja, o grau de controlo que acredita ter em relação aos acontecimentos que ocorrem ao seu redor, influenciando a maneira como interpretam e respondem aos eventos da vida. Jovens com um locus de controlo interno tendem a acreditar que têm autonomia e responsabilidade pelo seu destino e, por isso, acreditam que o seu esforço e as suas decisões influenciam diretamente os resultados. Detentores de um locus de controlo externo acreditam que os eventos e resultados da sua vida são controlados por forças externas, como o destino, sorte, outras pessoas ou circunstâncias além do seu controlo pessoal e, por isso, sentem-se mais à mercê das circunstâncias e menos capazes de afetar significativamente o rumo das suas vidas. Um locus de controlo equilibrado combinaria elementos internos e externos, reconhecendo o controlo pessoal sobre certas áreas da vida, não menosprezando a influência dos fatores externos para um maior equilíbrio e adaptabilidade perante circunstâncias adversas através da responsabilidade e autonomia. Na realidade, os jovens têm um conhecimento aprofundado relativamente às suas realidades sociais, são criativos, fazem escolhas, têm alguma autonomia na definição dos seus percursos, atribuem sentido às suas ações, têm intenções, razões e motivações para agir, projetam e refletem, mas tudo isto não significa controlo absoluto sobre as suas condutas, uma vez que, o grau de

autonomia que exercem não decorre em condições sociais da sua escolha, uma vez que se encontram inseridos em enquadramentos estruturais que delimitam as possibilidades objetivas das suas condutas. O que não significa, por outro lado, que a reflexividade individual seja “falsa”, no sentido de Atkinson (2010a; 2010b; 2010c), ou que as suas opções não sejam reais. Face às mesmas circunstâncias sociais, que não são determinantes, os jovens podem sempre optar por escolhas diferentes e delinear percursos alternativos, precisamente porque a eficácia causal das estruturas depende sempre da sua ativação como constrangimento ou capacitação. Ou seja, a análise da reflexão dos sujeitos acerca das suas opções e do seu lugar no mundo social implica que as estruturas sejam perspetivadas como entidades externas porque são tomadas como objeto que capacita ou constrange.

Face ao exposto, Lahire (2012) defende a possibilidade de simultâneas lógicas de ação coexistirem dentro de um corpo socializado, em que a reflexividade individual tem o papel de mediar a relação entre o indivíduo e a sociedade. Não se está de todo a anular a capacidade reflexiva de todos os jovens, apenas dá-se ênfase aos que partem e têm a ousadia de colocar em prática o seu desvio face à normalidade e vida feita de hábitos do bairro.

A tomada de decisão, por sua vez, é tida como o grau de organização, perseverança, confiança, trabalho e controlo para lidar com a vida, capazes de obedecer às regras e padrões de comportamento, de forma cuidada e ponderada pois motivados em função de um propósito, o afastamento da carreira desviante. A conscientização, embora inclua o desenvolvimento da consciência crítica, não se circunscreve unicamente a esta. Freire (2002) esclarece que enquanto a consciência é condicionada pela realidade, a conscientização é um esforço através do qual, ao analisar a prática que realizamos, percebemos em termos críticos o próprio condicionamento a que estamos submetidos. Assim, a conscientização parte de “uma compreensão crítica dos seres humanos como existentes no mundo e com o mundo” (Freire, 2002, pág. 77). Neste processo, é essencial a pessoa oprimida reconhecer a sua opressão, saber desvelar a realidade para identificar os mitos que enganam e que ajudam a manter a estrutura dominante. Só assim a pessoa oprimida pode chegar à compreensão de que a realidade é modificável e inserir-se, seguidamente, num compromisso com a transformação da realidade, que culmina na práxis (ação-reflexão, prática-teoria) (Freire, 1979, 2002; Oliveira & Carvalho, 2007).



## 1.5. Tomada de decisão

"É livre aquele que tem em si mesmo o princípio para agir ou não agir, isto é, aquele que é causa interna da sua ação ou da decisão de não agir."

Aristóteles

Na verdade, não existe um acordo geral e universal sobre o que é uma boa decisão, para uns, é uma escolha feita por consenso, para outros, trata-se de uma escolha que não provoca reações desfavoráveis aos que são afetados por ela, noutros casos ainda, é a escolha que oferece as melhores garantias de cumprimento dos objetivos. As decisões podem ser programadas, repetitivas, rotineiras, resultantes da existência de um procedimento administrativo que prescreve o modo de lidar com esses problemas. As não programadas fogem à rotina, não beneficiando de uma experiência anterior que permita definir procedimentos o que para Ferreira et al., em 2001, requereria uma estratégia mais analítica. A diferença entre as duas vias de decisão é que a não programada requer criatividade, inovação e risco, enquanto a programada é uma repetição de processos conhecidos e de resultados previsíveis como seria optar pela vida que sempre conheceram, a vida de bairro. Segundo Chiavenato (1997), decisão é o processo de análise e escolha entre várias alternativas disponíveis durante a ação que a pessoa deverá seguir e, por isso, envolve a autorregulação e a capacidade de agir de acordo com princípios e valores pessoais, mesmo quando não há supervisão ou controle externo. Para executar essa tomada de decisão, o jovem terá de ser dotado de autoconfiança, ou seja, crença em si mesmo e na própria capacidade de lidar e superar os desafios e demandas da vida. Na perspectiva de Cunha e Rego (2003), apesar de existirem muitas decisões fáceis que seguem procedimentos padronizados, também há decisões em que o processo é mais lento, complexo e confuso, ou por alguma razão os decisores acabam por não decidir ou decidir mal. A esse facto não está indiferente a racionalidade limitada dos seres humanos, que estabelecem decisões precipitadas e erradas, mesmo quando por vezes existem razões concretas para seguirem outro caminho. Mediante o exercício da reflexividade, os sujeitos elaboram projetos e definem estratégias com base nas circunstâncias sociais em que estão inseridos e nos recursos a que têm acesso. Essa resposta é filtrada pelas preocupações,

prioridades e objetivos de cada indivíduo através das deliberações reflexivas ou de forma criativa dos sujeitos contrapondo à influência causal das estruturas.

No entanto, é necessário ter a autodeterminação de tomar a decisão de apreender esses fatores de proteção, envolvendo o exercício do livre-arbítrio e a capacidade de agir em conformidade com as próprias vontades e preferências bem como reger-se pelas regras pessoais e padrões de comportamento internos, ao invés de depender exclusivamente de regras ou orientações externas. O modelo teórico de Scott e Bruce (1995), assenta em cinco estilos de tomada de decisão: racional, intuitivo, dependente, consensual e espontâneo. Na perspectiva destes autores, o estilo racional questiona o problema e a decisão de uma forma lógica e estruturada, tendo em consideração as diversas opções que conduzem ao objetivo proposto. Tomar uma decisão implica escolher entre diferentes opções ou cursos de ações disponíveis através de um processo cognitivo pelo qual a pessoa avalia informações relevantes, considera diferentes alternativas e decide qual delas seguir. As etapas passam por identificar o problema, reconhecer a situação que requer uma decisão e define-se claramente qual é o problema a ser resolvido. Recolhe-se a informação relevante e necessária para entender a situação e as possíveis opções. Posteriormente, analisa-se cuidadosamente as diferentes alternativas, considerando os seus prós, contras, riscos e consequências e toma-se a devida decisão colocando-a em prática.

A questão que se colocou consiste em identificar em que momento é tomada a decisão de se optar por caminhos normativos? Para além da componente racional na tomada de decisões existem as emoções que podem igualmente conduzir diretamente à ação, sem suscitarem qualquer tipo de deliberação reflexiva em que os indivíduos agem sem cálculo consciente em resposta ao que sentem no momento imediato. Sentimos que as emoções, positivas ou negativas, nos fazem avançar, parar ou evitar situações e, por isso, as nossas opções de escolha são influenciadas pela emoção que pensamos que vamos sentir. Na verdade, a inteligência emocional trata-se de um conceito desenvolvido por Daniel Goleman (1995) referindo-se à capacidade de reconhecer, entender, gerir e utilizar efetivamente as emoções, tanto em si mesmo quanto nos outros e pode ajudar, entre 20% e 30%, a equilibrar esses fatores e fornecer informações valiosas para a tomada de decisões bem-sucedidas. Torna-se imperativo termos uma consciência emocional para entendermos como as emoções afetam o pensamento, o comportamento e as relações com os outros. Este tipo de inteligência está relacionado à automotivação e à resiliência

anteriormente tratadas, constituindo-se como aspetos importantes na tomada de decisões, especialmente em situações desafiadoras ou incertas. A este nível as emoções, enquanto componente fulcral da vida interior dos sujeitos, podem desempenhar um papel importante, se as mesmas forem entendidas como comentários às preocupações individuais, que expressam a importância dos diferentes tipos de situação para os indivíduos, desencadeando reflexões acerca do que sentem e das respostas emocionais das outras pessoas (Archer, 2007; Holmes, 2010; Rosenberg, 1990; Sayer, 2010). É, portanto, a habilidade de lidar de forma consciente e adequada com as emoções, tanto no âmbito pessoal como nas relações interpessoais. Assim sendo, as emoções podem igualmente impulsionar a ação e direcionar o comportamento, influenciando a escolha, a tomada de decisão e a busca por metas meta tem um apelo motivacional, sendo capaz de mobilizar comportamentos com vistas à sua realização.



## Capítulo 2- Metodologia

### 2.1. Objetivos de investigação

Considerando a delinquência um problema recorrente na sociedade, torna-se imperativo entender quais os fatores que contribuem ou restringem o seu desenvolvimento. Assim sendo, o objetivo geral desta investigação é compreender quais os fatores predominantes que estão presentes no processo de tomada de decisão dos jovens que são estatisticamente desprezados (Lahire, 2004), oriundos de um bairro social, que não enveredam por uma carreira desviante.

Para responder ao objetivo geral, bem como às questões supramencionadas, elaboraram-se os objetivos específicos de pesquisa que serão posteriormente colocados em forma de pergunta nas entrevistas realizadas, nomeadamente, dar sentido sociológico às estatísticas (quase) improváveis, tornando-as visíveis; identificar os fatores de risco e proteção na delinquência juvenil; conhecer o sentido atribuído pelos jovens às experiências adversas; correlacionar a crença num mundo justo com um meio hétero e auto desacreditado; compreender a importância dos fatores psicológicos e emocionais na tomada de decisão; aferir os processos pelos quais a autonomia, resiliência, motivação e intenção são construídas no meio do caos; re-qualificar os profissionais do Serviço Social para lidarem com esta população-alvo e contribuir para a realização de futuros estudos teóricos e empíricos.

### 2.2. Campo Empírico

O presente estudo terá como campo empírico o bairro social, denominado por Chelas, semeado na área metropolitana de Lisboa, dando a conhecer ao leitor as experiências, idealizações e representações do público-alvo através das respostas obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas.

Este recorte «etnográfico» assentará na caracterização do bairro como uma estrutura urbana condicionante, mas igualmente, condicionada, assim como inibidora ou impulsionadora da ação social, assentando na dualidade da estrutura proclamada por

Giddens (2002). O objetivo de encarar o bairro segundo esta caracterização serve para reforçar a ideia de se pode constituir como um espaço que, em si mesmo, não produz nenhum efeito, mas é palco para o desenvolvimento de relações baseadas em processos complexos de produções e apropriações sociais, que terão influência nos estilos de vida adotados (Simmel, 1986). É importante abordar as sensibilidades para que se evite generalizações negativas e simplistas, criadoras de estereótipos prejudiciais, uma vez que se sabe que nem todos os residentes de bairros sociais estão propensos a seguir uma carreira desviante.

O conceito de bairro social, geralmente refere-se a uma área ou a um conjunto habitacional, apartamentos ou casas subsidiadas, onde residem pessoas rotuladas com pouco capital, em situação de vulnerabilidade social, com acesso limitado a recursos e oportunidades educacionais, profissionais e sociais, desenvolvido por governos ou organizações sem fins lucrativos com o objetivo de fornecer condições de vida adequadas. Contêm infraestruturas comunitárias, serviços sociais e programas de apoio à integração social, o que nem sempre acontece, deixando os seus habitantes sem nenhuma fonte de suporte e sujeitos à desigualdade, marginalização e, conseqüentemente, ao envolvimento em comportamentos desviantes de gênese ilegal.

A estigmatização de que são alvo, com base no território, é muito significativa exercendo influência sobre as suas práticas sociais (Pereira & Queirós, 2012; Pereira & Queirós, 2014; Pereira, 2016) prevalecendo a crença e o estigma (Wacquant, 2006) como carga significativa nas representações hétero e auto concebidas originando processos de exclusão social e discriminação (Wirth, 1998). Face ao exposto, os fenómenos de rutura e de crise identitária inerentes à exclusão social por meio de uma transmissão intergeracional (reprodução), prejudicando o desenvolvimento pessoal e agravando o círculo reprodutivo da pobreza e marginalização no espaço e no tempo (Wirth, 1998), solicita uma emergência de novas modalidades e persistência temporal (evolução).

O bairro de Chelas, caracteriza-se como um bairro social localizado em Lisboa, situado na zona oriental da cidade, junto ao rio Tejo, conhecido por ser um dos maiores bairros sociais de Lisboa, construído durante a década de 1970 originalmente projetado como um conjunto habitacional, para abrigar famílias com vulnerabilidades. Com o passar dos anos, o bairro enfrentou diversos desafios sociais e urbanos, nomeadamente, a falta de infraestruturas adequadas, problemas de degradação urbana, altas taxas de

desemprego e carências em serviços básicos, o que levou ao enfrentamento de desafios relacionados à exclusão social, pobreza e criminalidade. Surge então a necessidade de se implementar várias intervenções e programas de reabilitação urbana, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores e revitalizar a área. Essas iniciativas visam requalificar habitações, melhorar as infraestruturas, promover a inclusão social e coesão comunitária, fortalecer a identidade do bairro e promover a participação cívica dos moradores através da valorização da vida cultural e comunitária protagonizado por associações locais, projetos artísticos e espaços de convívio. Posto isto, é fundamental reconhecer os esforços para melhorar as condições de vida dos moradores para a promoção de uma integração social e desenvolvimento de jovens residentes resilientes capazes de superar as adversidades e construir trajetórias positivas.

### 2.3. Objeto de estudo

No discurso do dia-a-dia a palavra jovens é usada frequentemente para descrever pessoas com mais de 12 ou 13 anos de idade. Para fins estatísticos, a Organização das Nações Unidas define como jovens as pessoas com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos, sem prejuízo das definições nacionais adotadas.

Um dos maiores paradoxos na análise sociológica, para muitos teóricos, é o facto de os jovens serem dotados de falta de racionalidade em termos de comportamento e conhecimentos, impedindo alegadamente a sua participação completa, autónoma e consciente nas decisões e, por isso, não acedem às responsabilidades e benefícios da idade adulta, no entanto, a sua identidade abrange a definição de serem demasiado velhos para se encaixarem na adolescência. Em Portugal os jovens são vistos como um grupo de baixo estatuto social, inferior ao grupo de meia-idade e semelhante ao grupo das pessoas idosas, porém a investigação tem demonstrado a capacidade das crianças para negociar significados, sendo atores ativos e influentes no seu percurso de vida (Pugh, 2011; Schor, 2004).

Deste modo, nesta investigação, procuramos ter uma sensibilidade intelectual interessada nos modos de individualização no mundo social (Giddens 2002; Beck 2010; Lahire 2002; Kaufmann 2003a; Martuccelli 2002), para dar conta da inteligibilidade do social à escala individual. Teve-se como pressuposto que na segunda modernidade (Beck,

1992) ou modernidade tardia (Giddens, 1998) há uma nova maneira de fazer a sociedade e produção dos indivíduos, para que estes sejam autores da sua vida (Dubet, 1996), não ignorando as condições concretas de existência dos jovens articulado com a sua natureza biopsicológica, para compreender a ousadia de tomar a decisão de ir contra a sua condição concreta de vulnerabilidades.

A transição para a adolescência coincide com um movimento de autonomia em relação aos pais através do desenvolvimento de capacidades e competências necessárias para competir na sociedade adulta, acompanhado de grandes mudanças físicas, emocionais e cognitivas, num continuum entre a liberdade e o controlo (Dekovic, 1999). Por vezes, os jovens excedem o uso de liberdade, ingressando numa carreira desviante por meio de formas relativamente menores de comportamento antissocial ou delinquente, correspondendo a uma atitude de desafio e de diferenciação em relação ao mundo dos adultos, aceitando valores não convencionais (Steinberg, 1999). Segundo as perspetivas sociais, nomeadamente, de Carlo et al., 2007; Furman & Sibthorp, 2013, seria expectável que jovens nestes meios revelassem menor tendência pró-social dado a exposição à criminalidade, incluindo tráfico de drogas, violência e gangues face à desestruturação social, a falta de coesão e suporte social bem como a ausência de laços comunitários fortes, a falta de perspetivas, a interação e a respetiva pressão de pares envolvidos em comportamentos desviantes.

#### 2.4. Constituição da Amostra

Recorrendo a Frick (2004), o processo de escolha da amostragem assenta no interesse dos casos que possibilitem responder às questões de investigação e que se enquadrem nos critérios definidos pelo investigador na prossecução dos objetivos da investigação. A escolha criteriosa dos participantes é fundamental para os resultados da pesquisa, na medida em que afeta a qualidade das informações obtidas e a validade da própria pesquisa (Gaskell, 2002). Assim sendo, a escolha desta amostra deveu-se ao facto de serem jovens acessíveis, dispostos a colaborar e por ser uma faixa etária de transição para a fase adulta e, por isso, são capazes de ter uma visão comparativa com o seu passado, identificando os indicadores que estiveram presentes nas suas tomadas de decisão.



Nesta dissertação, o critério mais importante a ser considerado neste processo de escolha não é numérico, já que a finalidade não é apenas quantificar opiniões e sim explorar e compreender e apresentar, de forma ampla e representativa, a diversidade de pontos de vistas de um determinado grupo os diferentes pontos de vista que se encontram demarcados em um contexto. Procedeu-se a uma amostra por conveniência, composta por 10 (dez) jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos de idade, oriundos do bairro de Chelas, que tenham optado por um estilo de vida convencional e que se apresentam bem inseridos na sociedade.

## 2.5. Método

A investigação em Ciências Sociais e Humanas é: (Coutinho, 2014, pág.5)

Uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objetivo de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais. É através da investigação que se reflete e problematizam os problemas nascidos na prática, que se suscita o debate e se edificam as ideias inovadoras.

O trabalho dos assistentes sociais com crianças delinquentes deve envolver uma abordagem holística, considerando fatores sociais, emocionais, familiares e ambientais para fornecer suporte, intervenções e oportunidades de mudança positiva. Nesta dissertação, utilizou-se o modelo multisistémico do Serviço Social, reconhecendo que o comportamento delinvente é influenciado por diversos sistemas, incluindo a família, a escola, a comunidade bem como aspetos individuais, para uma abordagem abrangente, integrada e coordenada. Tal como fora explicado anteriormente, o objetivo desta investigação é compreender o processo de tomada de decisão dos jovens para que, futuramente, se possa implementar programas e políticas voltados para a redução dos fatores de risco e o fortalecimento dos fatores de proteção nas vidas dos jovens. Tratou-se assim de uma investigação-ação crítica orientada pelo interesse em emancipar pessoas, promovendo a reflexão dos jovens e uma possível transformação dos seus contextos de uma forma mais sustentável e justa (Kemmis, McTaggart & Nixon, 2014; McNiff & Whitehead, 2006).

Considerando os objetivos propostos, elegemos como mais apropriada uma abordagem metodológica indutiva intensiva de pendor qualitativo pois segundo Yin, em 2001, é uma abordagem de investigação, adequada quando se pretende compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais se encontram envolvidos vários fatores de forma a obter-se informação passível de se interpretar, investigar ideias, descobrir significados, a partir das perspetivas dos atores intervenientes no processo (Coutinho, 2014). Posto isto, visa um contacto direto com os jovens para analisar as suas atitudes acerca dos fenómenos e os seus modos de vida num bairro social

(Creswell, 2014), conhecer os significados que atribuem aos seus ambientes e às suas ações (Coutinho, 2011). Efetivamente, as abordagens qualitativas encontram fundamento no pressuposto de que a realidade social se constitui como uma construção pelo modo como os indivíduos definem e partilham as suas concepções ou representações acerca da pluralidade de situações com que se deparam ou em que se encontram inseridos.

## 2.6. Técnicas de recolha de dados

Em termos de técnicas para recolha de dados, à luz do enquadramento conceptual, recorreu-se à observação direta etnográfica dos espaços habitacionais, práticas sociais e relacionais que nesses se desenvolvem bem como os atores socioinstitucionais e biográficos, complementando com entrevistas semiestruturas passíveis de uma análise de conteúdo sobre as narrativas dos entrevistados e informação retirada das conversas informais que se foram tendo.

### 2.6.1. Observação

A observação participante é considerada uma técnica vantajosa na compreensão da complexidade de múltiplos fenómenos, permitindo aceder ao contexto onde os mesmos se desenrolam (Souza, Kantorski & Luis, 2011) através de um acompanhamento sistemático das atividades do grupo com quem se está a desenvolver o processo de investigação/intervenção, no seu próprio meio, possibilitando obter informações sobre um dado fenómeno no exato momento e espaço onde o mesmo se processa.

### 2.6.2. Entrevistas semiestruturadas

A Psicologia Social foi buscar inspiração ao interacionismo simbólico (Mead, 1934; Berger e Luckman, 2005; White, 2005; Becker, 1963; Goffman, 2003; Strauss, 1999), convencida que a experiência humana é mediada pela interpretação. Como fora mencionado anteriormente na teoria da individualização, as pessoas não agem com base

em respostas predeterminadas a objetos predefinidos, mas sim como seres simbólicos que interpretam, definem e cujo comportamento só pode ser compreendido pelo investigador que se mistura e anda no seu campo de pesquisa para compreender o modo de funcionamento e de pensar dos intervenientes.

Numa revisão sistemática sobre considerações metodológicas, num estudo sobre experiências adversas na infância, apontaram que tipicamente os instrumentos de avaliação deveriam ser à base de uma abordagem de retrospectiva e, por isso, as entrevistas semiestruturadas individuais e grupais mostram-se como instrumento privilegiado. Fontana e Frey (1994) afirmaram que entrevistar deve ter como objetivo perceber os seres humanos, centrando-se nos discursos individuais (Kvale, 1996), como forma de aceder às suas experiências, permitindo à investigadora perceber como o jovem percebe o mundo e como interpreta os acontecimentos (Guedes, 2016). Para Holstein e Gubrium (1997), na contínua persecução dos objetivos a que a mestranda se propôs a cumprir, as entrevistas são uma forma especial de conversa que, ao pedir aos sujeitos para falarem sobre as suas vidas e sentimentos, fornecendo dados empíricos acerca do mundo social.

Recorremos à entrevista semiestruturada, como método de excelência da análise qualitativa, uma vez que, permite uma recolha de informação detalhada e para que através da análise da mesma se consiga apreender o máximo possível sobre o assunto, nomeadamente para a obtenção de informações, com o objetivo de se chegar à conclusão de que fatores predominantes estiveram presentes nas suas escolhas. A estrutura da entrevista é suportada por um guião com questões-guias aberta de avaliação considerando os oito centrais domínios de risco (Central Eight) do instrumento Youth Level of Service / Case Management Inventory - YLS/CMI (Hoge & Andrews, 2002), pressupondo a existência de fatores de risco que aumentam e fatores de proteção que diminuem a probabilidade de aparecimento comportamentos de delito (Haggerty, Sherrod, Garmesy & Rutter, 1996) domínios da YLS/CMI, dando relevância aos quatro mais significativos fatores de proteção a nível familiar (caracterização familiar), situação escolar, comunidade (situação social), agrupamento a pares, e a nível individual (vivências individuais do sujeito, isto é, o jovem e a sua trajetória e as suas expectativas face ao futuro). Estabeleceu-se interações pessoais com os membros do grupo, em que a observadora procurou colocar-se na posição daqueles que observa, de forma a compreender melhor as suas dinâmicas, ações, hábitos, interesses e motivações (Alonso, 2016; Batthyány & Cabrera, 2011; Gerhardt, Ramos, Riquinho & Santos, 2009; Souza,

Kantorski & Luis, 2011), seguindo o pensamento dos jovens de forma a garantir a pertinência e qualidade dos dados.

Na primeira parte as perguntas serão direcionadas à percepção das variáveis externas contextuais de modo a conhecer os jovens e a sua trajetória, quer em termos de dados biográficos, no que respeita à percepção dos adolescentes acerca do relacionamento e satisfação com a parentalidade ao nível da disciplina ou reforço dos pais, as relações emocionais, o envolvimento dos pais com os filhos e a supervisão e acompanhamento são dimensões essenciais na educação de uma criança, quer fora de casa relativamente importância atribuída ao lazer na vida destes por se constituir como um espaço compensador ou mesmo alternativo à constituição e desenvolvimento da própria identidade, mas igualmente propício ao desenvolvimento de comportamentos antissociais ou o contacto com fatores de risco.

Procuramos ainda entender, em que medida a escola se afigurou a uma instância desinibidora de comportamentos delinquentes, tentando apurar a situação atual destes jovens e o percurso até então, nomeadamente, o ensino que os jovens frequentam atualmente, o último ano de ensino frequentado dos que já não se encontram inseridos no sistema escolar e a sua situação perante o trabalho, estabelecendo a relação entre os estilos de vinculação e o ajustamento social nos adolescentes.

São vários os sociólogos que abordam a temática da socialização, realçando o facto de estarmos envolvidos em interações com os outros (que permitem o acesso a bens que a sociedade lhes negou, as chamadas redes ocultas), desde que nascemos até morrermos, condicionando certamente as nossas personalidades, os nossos valores e comportamentos, uma vez que, os contextos culturais onde nascemos e crescemos influenciam o nosso comportamento. Na ótica de que o indivíduo é produto de múltiplos e complexos processos de socialização, o que implica uma análise teórico-empírica dos contextos em que os indivíduos vivem, tentou-se compreender como é que o jovem transformou a tradição cultural transmitida pela família, escola e meio (Corsaro, 1997), em dados físico-químicos que os organismos ponderam consoante a sua autopoiesis. Existiram questões dirigidas à compreensão da influência dos pares normativos ou não normativos, ao nível da integração e suporte no grupo de pares, avaliando a percepção que os jovens têm sobre os comportamentos antissociais e pró-sociais dos seus amigos, assim como influência (ou não) em consumir substâncias aditivas.

Na segunda parte, as perguntas abordarão as variáveis psicossociais, nomeadamente, estruturação de rotinas, reflexões feitas, autoimagem que detêm de si, as expectativas e a projeção que o jovem faz de si mesmo em relação ao futuro. No que diz respeito à impulsividade, parece-nos interessante perceber de que forma uma característica da personalidade se associa aos diversos comportamentos antissociais, e como se manifesta entre os adolescentes, quer sejam delinquentes ou não delinquentes. Procurou-se indagar que tipos de comportamentos delinquentes praticaram e quais as motivações subjacentes aos comportamentos delinquentes por eles praticados.

As questões foram colocadas ao entrevistado consoante o decorrer da entrevista de forma flexível, passível de se inverter a ordem das questões ou formular novas questões consideradas convenientes, mas sempre feitas de modo a não influenciar a resposta do entrevistado, para que não houvesse distorção do seu ponto de vista. Para tal, criou-se uma atmosfera favorável para o entrevistado, num local que lhes faça sentido, mas que seja igualmente favorável à conversa, baseado na empatia e respeito através de uma postura amigável, contudo mantendo uma distância pessoal, respeitosa, sem tentar impor as perspetivas pessoais da entrevistadora aos jovens, procurando que os entrevistados sentissem as suas opiniões aceites e livres de julgamentos, sem influenciar o discurso destes (Croley, 2022) e, simultaneamente, construindo conhecimento sobre si mesmo (Pellanda & Boettcher, 2012, pág. 14), através do processo permanente de autorreflexão.

De forma a possibilitar uma recolha mais rigorosa dos dados numa entrevista, a gravação áudio, previamente autorizada pelos jovens, apresentou-se como uma técnica fundamental que permitiu captar detalhadamente o trabalho realizado, bem como as suas subtilezas (v.g. expressões utilizadas, momentos de silêncio, hesitações, que à partida, podem passar despercebidos), possibilitando uma análise mais detalhada, baseada numa transcrição integral das entrevistas que a gravação das mesmas oferece (Farral, 2004).

## 2.7. Técnica de tratamentos de dados

Numa primeira fase, foi elaborada uma pré-análise, procedeu-se à análise qualitativa dos discursos dos jovens e interpretação do conteúdo categorial das respostas concretas como dos momentos de silêncios e pausas, transcrita com três pontos (“...”). Na segunda

fase, de exploração do material, procedeu-se à codificação, após a transcrição, e de uma primeira leitura integral das entrevistas, procedemos à identificação de categorias de significado do material transcrito, que se traduz na operação através da qual os dados são divididos e reagrupados em associação a categorias de análise <sup>2</sup>criadas para o efeito (Strauss & Corbin, 1998; Flick, 2005) ou em temas mais alargados com vista a uma análise mais pormenorizada e mais contextual das experiências e perceções dos sujeitos do estudo (ver anexo). Recorreu-se aos vários instrumentos do MAXQDA, que se trata de um software de análise de dados qualitativos e pertencente à família dos CAQDAS – Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software (Rädiker & Kuckartz, 2020), permitindo associar códigos e subcódigos de forma visual.

## 2.8. Questões éticas

Este estudo cumpre com os padrões éticos na investigação realizada no universo Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), e surge no quadro geral da missão e das atribuições da Comissão de Ética do Iscte (Despacho n.º 7095/2011; Diário da República, 2.ª série — N.º 90 — 10/06/2011), mantendo o anonimato e sigilo. Código Conduta Ética na Investigação ISCTE, 2011, & RGPD – Lei 59/2019). Foi desenvolvida no respeito dos padrões éticos presentes no Código de Conduta Ética na Investigação ISCTE-IUL, com o respeito pelos seus princípios gerais da Responsabilidade, no que diz respeito ao seu impacto nos participantes respeitando a sua autodeterminação e sempre com a intenção de não causar danos, por considerar este tema significativo para a comunidade da população alvo, honestidade, fiabilidade e rigor, objetividade e integridade.

De acordo com Erickson, os cuidados éticos devem equiparar as preocupações científicas do investigador no terreno (Erickson, 1986), e, neste sentido, a presente investigação teve sempre como pilar variadas considerações éticas. Segundo a declaração de princípios éticos em Serviço Social, a consciência ética é uma componente fundamental da prática dos assistentes sociais. A sua capacidade e empenho em agir

---

<sup>2</sup> O critério de categorização utilizado foi um critério semântico, em que todas as ideias associadas a um dado foram agrupadas numa mesma categoria de sentido.

eticamente é um aspeto essencial da qualidade do serviço que prestam aos cidadãos, assente nos dois princípios de direitos humanos: dignidade e justiça social.

Os assistentes sociais devem promover e defender a integridade e o bem-estar físico, psicológico, emocional e espiritual de cada pessoa. Tratou-se este público-alvo como um todo, considerando a totalidade da pessoa, no contexto da família, comunidade, meio social e natural, ou seja, identificar todos os aspetos da sua vida.

Explicou-se os objetivos da investigação e a importância da transparência, envolvimento e participação plena por parte destes, ainda que se trate de uma participação voluntária, anónima e confidencial. No decorrer de um estudo, a confidencialidade é uma das importantes considerações éticas a atender, que se traduziu em não comentar com os participantes aspetos relativos a outros participantes, recorreu-se a nomes fictícios ou alcunhas preferidas pelos jovens assim como a gravação das entrevistas e das conversas foram previamente avisados. Assim sendo, durante o estudo, respeitou-se a autodeterminação, promovendo o direito à liberdade de escolha dos participantes, caso estes não quisessem fornecer alguma informação ou terminar a entrevista, assim como, todas as medidas para minimizar riscos para a saúde e bem-estar físico e psicológico e, por isso, foi igualmente alertado de que os participantes poderiam desistir a qualquer momento.

As entrevistas foram realizadas da forma mais amigável e agradável quanto possível (Farral, 2004) de forma a deixar os jovens o mais à vontade possível através da confiança e empatia para que, dessa forma, nos quisessem transmitir as suas experiências. A mestranda manteve uma postura de imparcialidade relativamente ao público-alvo, esclarecendo, sempre que necessário, ou sempre que solicitado, alguma questão relativamente aos objetivos da investigação, de forma transparente e clara, de modo que, os sujeitos não sintam a investigação como avaliativa.



### Capítulo 3- Apresentação de Resultados

As questões colocadas na entrevista foram escolhidas estrategicamente como meio de resposta à questão de partida, aos questionamentos subjacentes e objetivos de investigação. A mestrandia recorreu ainda às conversas informais, com o intuito de compreender as perspectivas de jovens em relação ao bem-estar e de estimular o desenvolvimento positivo da juventude de uma comunidade historicamente estigmatizada. Organizamos um conjunto de temas relativamente à delinquência juvenil existindo flexibilidade na ordem de apresentação dos vários temas para que se possa falar abertamente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal, como é o caso de se colocar em hipótese outro tipo de fator que a literatura possa ainda não ter desenvolvido. A título ilustrativo, as representações e os impactos que a visão dos de fora sobre o bairro pode ter influência nos seus comportamentos, como é que se desenvolve a autoestima, o determinismo e capacidade de mudar para positivo alguma pessoa que esteja no caos, o bairro limita? Ou somente é o que conhecemos? As pessoas que optam por um percurso de vida normativo sofrem algum tipo de exclusão dos de dentro do bairro? Será o mundo justo? Esta é uma técnica frequentemente não reconhecida como tal, devido ao seu caráter geralmente espontâneo, assistemático e menos estruturado que as restantes técnicas, contudo, as conversas informais, orientadas segundo tópicos que se pretendem aprofundar, podem ter grandes vantagens, dado que os jovens podem-se sentir mais confortáveis para expressar ideias, opiniões, produzindo dados significativos para a problemática em questão, nomeadamente o sentido atribuído pelos jovens aos fatores familiares, contextuais e individuais nas suas tomadas de decisão.

Quanto ao contexto social em que os nossos participantes se encontram inseridos, verificámos estar na presença de jovens nascidos e crescidos no bairro de Chelas, permitindo averiguar o sentido que atribuem às problemáticas sociais e as experiências adversas a que foram expostos, reconhecendo-o como um possível fator de risco para a ingressão numa carreira desviante. Relativamente ao fator de risco familiar, quanto à estrutura familiar, temos jovens provenientes tanto de famílias monoparentais, de tipo nuclear, filhos únicos e jovens originários de famílias mais numerosas, que reconhecem a dispersão de atenção por parte dos progenitores ou ausência de tempo educacional por terem de trabalhar de modo a fazer jus às dificuldades sentidas, o que dava “*liberdade, para fazer asneiras*”, ou noutros casos dava “*liberdade, para não querer fazer asneira*”.

Muitos dos progenitores trabalham o dia todo, dificultando o acompanhamento educacional e pessoal dos filhos, aliando ao facto de não terem a escolaridade concluída, ainda assim, apresentam influência na tomada de decisão, quer seja porque o jovem sente empatia pelas dificuldades sentidas pelos pais, quer por os jovens não quererem seguir os exemplos destes, no caso de familiares desviantes. Os irmãos foram uma motivação afetiva de proteção, ainda que existisse os que ingressaram por uma carreira desviante, servindo igualmente como uma motivação para optarem por caminhos convencionais.

Na verdade, os entrevistados reconhecem o papel de pessoas significativas, como a família, amigos e alguns cuidadores e vizinhos que se constituíram como modelos para estes jovens, considerando que a falta destas se poderia refletir na pouca estimulação na construção de objetivos de vida, que fosse um modelo negativo que teria um efeito contrário no jovem, quer fosse um modelo positivo pró-social que criava no jovem uma aspiração em ser igual. Sabendo que os valores de vida poderão ter alguma influência na construção de objetivos de vida dos jovens (Gonçalves, 2013), é interessante reparar que os valores de vida mais relatados pelos entrevistados são muito focados no esforço e/ou entrega pessoal, o que também poderá atuar como fator protetor na construção de um projeto de vida.

A escola, fora um fator sem grande importância, segundo a ótica dos entrevistados, por não lhes ter dado as ferramentas necessárias para jovens oriundos de bairros sociais, tal como “*IRS, contabilidade, elaboração de um currículo, educação financeira, etc...*”, muitos optaram por um curso profissional por ser mais prático e lhes ser pago uma quantia mensalmente, servindo como motivação para a frequência da escola. Um outro jovem crê que tenha sido a passagem para o secundário que lhe despertou algum tipo de reflexividade por ser um assunto que exigia uma tomada de decisão da sua parte, que apresentava implicações futuras. Outros escolheram percursos académicos que fizessem jus às necessidades em casa, a título ilustrativo, escola no período noturno, para que pudessem conciliar com o horário laboral, pois viam aqui uma oportunidade de ganhar dinheiro, acabando, posteriormente, por adquirir competências pessoais capaz de competir com o mercado de trabalho. Não se pode pedir a um jovem que estude e se aplique quando as suas preocupações o distraem, pelo que não se pode pedir a uma criança que assuma os problemas pessoais em casa, o que não se torna tão

fácil, por estes terem consciência das suas posições na sociedade e não lhes ter sido indicado meios para as superar.

Reporta-se a capacidade de os atores, face a uma mesma situação, poderem conscientemente agir de forma diferente, tendo como referência os seus objetivos e projetos pessoais. É notório que a etiqueta de delinquentes a que foram sujeitos nas suas infâncias ainda hoje tem consequências, serem exigentes consigo mesmos, têm noção dos estigmas existem relativamente ao bairro de Chelas, e acreditam não serem culpados por terem nascido num bairro e haver coisas fora do seu controlo, na verdade, alguns entrevistados não gostam de morar no bairro e o fator que se identificou foi o facto de terem tido contacto com outras realidades. A tomada de decisão variou de acordo com a transformação feita face a esses estímulos recebidos, ou seja, as experiências individuais e a forma por meio da qual os atores traduzem as suas próprias realidades em depoimentos sobre si e sobre o contexto em que vivem pressupõe a reflexividade como eixo e não apenas de mediação, mas como canal que permite alcançar os recursos para explorar a realidade propriamente individual. Assim, apesar de existirem fatores de risco contextuais, são os fatores de risco individuais que os desmistificam com o auxílio dos fatores de proteção contextuais, mais descritos como as mães e irmãos.

A questão que continuava a ser dificilmente respondida era “em que altura se desenvolve essa capacidade reflexiva?”, nem os jovens souberam responder com precisão, por não ser algo que reflitam, uma vez que, “*vive-se um dia de cada vez, não se pensa muito nas coisas (...) só sei que estou num bom caminho*” e, por isso, face a esta questão outros limitaram-se a responder “*Não sei*”. No entanto, de acordo com o modelo construtivo de Piaget, existem etapas de desenvolvimento cognitivo e sociomoral que podem ser conduzidas e estimuladas pelas ações dos demais. O conceito de racionalidade é amplo e abrange diferentes perspetivas e abordagens, mas existem algumas dimensões fundamentais que são comumente associadas a ele. Nesta investigação, os jovens mostraram-se detentores de uma racionalidade instrumental, pois optaram por meios eficientes e adequados para alcançar determinados fins ou objetivos através de uma avaliação para maximizar os resultados desejados. Paralelamente a racionalidade substantiva, que por sua vez, consistiu na avaliação dos próprios fins e objetivos, questionando a sua coerência e consistência com os valores, princípios e objetivos mais amplos, através de uma reflexão crítica. São dotados de racionalidade cognitiva capazes

de pensarem de forma lógica, coerente e consistente, envolvendo, o uso de processos de pensamento racionais, como a análise, a síntese, a avaliação crítica, a dedução e a indução, para chegar a conclusões fundamentadas e baseadas em evidências, ainda que, mesmo da ação racional planeada possa emergir consequências não intencionais, precisamente porque os sujeitos não conseguem controlar todos os efeitos estruturais e contextuais que decorrem das suas opções, nem as respostas dos outros às suas condutas. Alguns entrevistados confessaram que o consumo de estupefacientes, quer esporadicamente, quer pós horário laboral, ajudaram no processo de criação de reflexão, uma vez que, estes descrevem como um momento de relaxamento, em que o cérebro atinge pensamentos que sóbrios não acalhariam. Não se consideram viciados, mas mostram a necessidade um momento em que se esquecem dos problemas, mas ao mesmo tempo encontram soluções para eles. A racionalidade adaptativa, permitiu aos jovens adaptarem-se e tomarem decisões eficazes em ambientes complexos e em constante mudança como é a vida no bairro, através da análise das informações disponíveis, avaliação dos riscos e incertezas, flexibilidade para ajustar as estratégias e capacidade de aprender com experiências passadas. Nessa tomada de decisão ainda foi possível constatar um certo tipo de racionalidade ética, dado a consideração dos princípios éticos e morais, avaliando os impactos e consequências das ações em termos de justiça, equidade, responsabilidade social e valores éticos mais amplos. A racionalidade prática refere-se às ações e escolhas práticas que lhes permitiu atingir determinados fins. As emoções podem também, por outro lado, conduzir diretamente à ação, sem suscitarem qualquer tipo de deliberação reflexiva, agindo sem cálculo consciente em resposta ao que sentem no momento imediato, ou por outro lado, falamos das emoções colocadas no pensamento, sendo como motivações cognitivo-emocionais, ou seja, acredita-se que os jovens criem determinados sentimentos e emoções positivas face às situações, pessoas e objetos. Assim sendo, é reconhecido a importância da racionalidade emocional, ou seja, a influência das emoções na tomada de decisões e no pensamento racional e, por isso, é necessário que o jovem tenha autonomia emocional para que tenha a capacidade de reconhecer, compreender e gerir as próprias emoções de maneira independente, regulando-as e expressando-as adequadamente. Tampouco se pretende afirmar que quando se pratica uma ação positiva, as emoções tomam as decisões por nós ou que não somos seres racionais. António Damásio (1994), limita-se a sugerir que certos aspetos do processo da emoção e do sentimento são indispensáveis para a racionalidade. No que têm de melhor, os

sentimentos encaminham-nos na direção correta, levam-nos para o lugar apropriado do espaço de tomada de decisão onde podemos tirar partido dos instrumentos da lógica. Os jovens foram confrontados com a incerteza que exigia um juízo moral ou escolhas que tiveram implicações futuras, contudo as emoções e os sentimentos, juntamente com a oculta maquinaria fisiológica que lhes está subjacente, auxiliam na assustadora tarefa de fazer previsões relativamente a um futuro incerto e planejar as ações de acordo com essas previsões.

Locus de controlo interno, segundo Rotter, em 1966 é um conceito da psicologia que se refere à percepção e crença que um indivíduo tem sobre a influência, que ele ou outros, têm sobre os eventos e resultados da vida, ou seja, o grau de controlo que acredita ter em relação aos acontecimentos que ocorrem ao seu redor, influenciando a maneira como interpretam e respondem aos eventos da vida. Os entrevistados apresentaram um locus de controlo interno, pois acreditaram que tinham autonomia e responsabilidade pelo seu destino e, por isso, acreditam que o seu esforço e as suas decisões influenciariam diretamente os resultados. Ao contrário de um locus de controlo externo, em que se acredita que os eventos e resultados da sua vida são controlados por forças externas, como o destino, sorte, outras pessoas ou circunstâncias além do seu controlo pessoal e, por isso, sentem-se mais à mercê das circunstâncias e menos capazes de afetar significativamente o rumo das suas vidas. Um locus de controlo equilibrado combinaria elementos internos e externos, reconhecendo o controlo pessoal sobre certas áreas da vida, não menosprezando a influência dos fatores externos para um maior equilíbrio e adaptabilidade perante circunstâncias adversas através da responsabilidade e autonomia. Na realidade, os jovens têm um conhecimento aprofundado relativamente às suas realidades sociais, são criativos, fizeram escolhas, têm alguma autonomia na definição dos seus percursos, atribuem sentido às suas ações, têm intenções, razões e motivações para agir, projetam e refletem, mas tudo isto não significa controlo absoluto sobre as suas condutas, uma vez que, o grau de autonomia que exercem não decorre em condições sociais da sua escolha, uma vez que se encontram inseridos em enquadramentos estruturais que delimitam as possibilidades objetivas das suas condutas. O que não significa, por outro lado, que a reflexividade individual seja “falsa”, no sentido de Atkinson (2010a; 2010b; 2010c), ou que as suas opções não sejam reais. Face às mesmas circunstâncias sociais, que não são determinantes, os jovens podem sempre optar por escolhas diferentes e delinear percursos alternativos, precisamente porque a eficácia

causal das estruturas depende sempre da sua ativação como constrangimento ou capacitação. Ou seja, a análise da reflexão dos sujeitos acerca das suas opções e do seu lugar no mundo social implica que as estruturas sejam perspectivadas como entidades externas porque são tomadas como objeto que capacita ou constrange.

Nesta investigação os resultados reforçaram a ideia de Lahire (2012), na possibilidade de simultâneas lógicas de ação coexistirem dentro de um corpo socializado, em que a reflexividade individual tem o papel de mediar tanto a relação entre o indivíduo e a sociedade quanto as relações interiores. Não se está de todo a anular a capacidade reflexiva de todos os jovens, apenas dá-se ênfase aos que partem e têm a ousadia de colocar em prática o seu desvio face à normalidade e vida feita de hábitos do bairro.

A resiliência, apresentou-se como uma característica ou traço (e.g. determinação, perseverança) que permitiu aceitar o self e vida que se forma antes da puberdade (e.g. equilíbrio, perspectiva de vida equilibrada) e, que segundo a visão de Hu et al., em 2015, melhora a adaptação do jovem permitindo-o lidar com a adversidade. Um primeiro aspeto a ter em consideração é que “a resiliência não é uma qualidade que o adolescente tem presente em todas as situações” (Fergus & Zimmerman, 2005, pág.404) e, por isso, não deve ser considerada de forma isolada, mas sim de forma dinâmica juntamente com os riscos, dado que ambos vão mudando ao longo do tempo, alterando a probabilidade de se atingir um resultado positivo (Boden et al., 2016). Os adolescentes enfrentaram desafios significativos (e.g. viver em ambientes familiares instáveis, background socioeconómico baixo) e poderiam apresentar pontuações de resiliência, justificado pela ausência de fatores de protetores, que tipicamente promoveriam estratégias de *coping* pró social para a superação das adversidades e desafios e ajudariam a lidar de forma eficaz com o stress, com a pressão social e outras situações difíceis. Apesar de apresentarem como fator primordial na tomada de decisão, a resiliência, têm noção que o mundo não é justo, mas isso ainda cria neles um sentimento de “*gana*” para trabalharem o dobro e conseguirem alcançar os seus objetivos.

A tomada de consciência, por sua vez, é tida como o grau de organização, perseverança, confiança, trabalho e controlo para lidar com a vida, capazes de obedecer às regras e padrões de comportamento, de forma cuidada e ponderada pois motivados em função de um propósito, o afastamento da carreira desviante. A consciência destes foi condicionada pela realidade, através do qual, ao analisar a prática que realizavam,

perceberam em termos críticos o próprio condicionamento a que estavam submetidos, mas transformaram essa realidade. As pessoas oriundas de bairros são sujeitas às mesmas situações desagradáveis, dentro e fora de casa, mas como as encaram e assimilam difere de acordo com os quadros de referência, ou seja, de acordo com os valores e aspirações que estruturam aquilo que pensam, dizem e fazem, reforçando a ideia da teoria da individualização de Lahire, em 2003. A questão que continuava a predominar era como os jovens construíram os seus patrimónios individuais de disposições. A conscientização parte de “uma compreensão crítica dos seres humanos como existentes no mundo e com o mundo” (Freire, 2002, pág. 77), capaz de chegar à compreensão de que a realidade é modificável e inserir-se, seguidamente, num compromisso com a transformação da realidade, que culmina na práxis (ação-reflexão, prática-teoria) (Freire, 1979, 2002; Oliveira & Carvalho, 2007), assim como têm noção que o mundo não é justo e existem preconceitos face a estes. Após esse ganho de consciência, acredita-se ter sido o pulo para a tomada de decisão, em que o comportamento presente é muito mais que uma função do passado, envolvendo e sendo orientado por processos cognitivo-motivacionais capaz de transformar projetos em ações concretas, tal como fora descrita na teoria da Perspectiva Temporal Futura, a partir da Teoria da Motivação Humana, do psicólogo belga Joseph Nuttin (1983). Assim sendo, após a análise do conteúdo das entrevistas, foi possível reparar na carga afetiva subjacente à tomada de decisão, apesar de ser levada a bom cabo por meios da racionalidade, as decisões devem-se ao sentimento que têm pelas pessoas e pelas coisas.





## Conclusões

As considerações finais abrangem a análise literária e abordagens teóricas quer por meio dos depoimentos prestados por aqueles, ajudou na resposta aos objetivos e à questão colocada para compreender quais os fatores predominantes na tomada de decisão dos jovens ao optarem por um estilo de vida normativo para que, no futuro, se possa criar intervenções eficazes para a redução da delinquência juvenil.

Podemos concluir que a delinquência juvenil se constitui como um problema social que ocorre maioritariamente na adolescência causada por diversos fatores de risco de índole familiar, individual, social ou escolar e que deve ser intervindo precocemente no meio natural, previamente à criação da consciência do “eu” junto de grupo de jovens igualmente infratores e associiais que agem contrariamente às normas sociais. Acabar completamente com a delinquência juvenil é uma meta extremamente desafiadora e complexa de se alcançar, no entanto, é possível tomar medidas para reduzi-la e lidar de forma eficaz com esse problema. Assim, o entendimento e a abordagem da delinquência juvenil envolvem a consideração dos fatores de risco (Wasserman et al., 2003), cruzados com os fatores protetores para que, segundo Lösel e Farrington (2012), se implemente uma intervenção preventiva precoce eficaz (Negreiros, 2001; Chazal, 1981).

Devemos considerar outras variáveis mencionadas nos discursos dos jovens que poderiam servir de base teórica para uma melhoria a nível da intervenção social e educativa vocacional realista, sendo um reflexo da voz dos próprios que vivem no bairro.

A associação a pares com comportamentos delinquentes, deveu-se ao facto dos jovens estavam esperançosos em encontrar em alguém a existência dos mesmos problemas, por necessidade de se sentirem ouvidos e, por isso, a existência deste tipo de investigação ser mais necessária do que na criação de conhecimento, tem de ser o reflexo dos medos e anseios destes. É reconhecido pelos jovens a necessidade de este género de estudo ser realmente feito para e com o jovem e não somente que seja necessária a sua presença para aquisição de informação. Muitos não sabem o desfecho e as conclusões que os investigadores tiram pois não lhes é dado o feedback, causando no jovem um sentimento da sensação de conflitos de interesse, reforçando o estigma que eles creem que as pessoas têm sobre eles,

*“uns inúteis que fornecem informação, até ficamos entusiasmados por podermos ser úteis e queremos mesmo que se possa ajudar o bairro, e já que os jovens tiveram que*

*criar aquela armadura de que “nada lhes atinge” para tentarem não pensar muito no assunto ou parecer que estão sempre bem, porque a vida no bairro não lhes dá muita felicidade, o mundo exterior exige que estejamos sempre bem, por isso, estes jovens fazem o mesmo dificultando a aproximação de pessoas estranhas e que tenham que falar desses assuntos que eles próprios se esforçam a esconder e a não falar sobre isso, é mais fácil eles ouvirem por experiências de pessoas que passaram pelo mesmo. Nunca sabemos o que realmente é feito e desenvolvido por termos fornecido esta informação”*

Relativamente à escola, não será possível modificar o sistema educativo de cariz teórica, mas os jovens oriundos de bairros sociais, sentem a necessidade de praticidade, ou seja, estes são motivados para viver a vida. Considera-se que a escola e os docentes assim como de outros profissionais envolvidos na intervenção, poderiam ajustar-se à unicidade destes jovens.

O estudo dos fatores de proteção foram o objeto central deste estudo, pelo facto de se constituírem como desinibidores de uma carreira desviante, pretendendo-se estudar como se manifestam estes fatores para criar-se mecanismos de prevenção e intervenção. Esperamos ter conseguido contribuir para o desenvolvimento científico dos estudo sobre a delinquência juvenil e, para investigações futuras, parece-nos que seria interessante alargar esta investigação a fatores identificados pelos jovens como o tempo, na medida em que os objetivos dos jovens do bairro dividem-se em “*objetivos a longo prazo e objetivos temporários*”, sendo, por isso, necessário o desenvolvimento de um visão numa perspetiva longitudinal nos jovens que apresentam uma forte probabilidade de envolvimento em atividades ilícitas.

A resposta aos objetivos previamente estabelecidos de forma a dar resposta à pergunta central da presente investigação culminou no desenvolvimento científico do estudo sobre a delinquência juvenil e, para investigações futuras, parece-nos que seria interessante alargar esta investigação para se perceber em que estágio de vida ou face a que estímulo em específico o jovem futuramente será capaz de envergar por caminhos socialmente aceites, ainda que se tenha noção de que as visões mudam.

## Plano de intervenção

Ora, o que este projeto intencionou foi elaborar uma proposta de intervenção recorrendo aos resultados obtidos através da metodologia aplicada para a conceção de tais mecanismos preventivos. Algumas abordagens que têm sido adotadas passam por uma prevenção primária em que se investe em programas e políticas que abordam as causas subjacentes da delinquência juvenil. Segundo Farrington, 2002; Lab, 2013, a prevenção primária, envolve, deste modo, medidas orientadas para toda a comunidade com o objetivo de evitar o aparecimento de comportamentos delinquentes, nomeadamente, fortalecimento de famílias e comunidades, acesso a educação de qualidade, programas de apoio emocional e mental, desenvolvimento de habilidades sociais e oportunidades de emprego, medidas de apoio social, educacional e emocional, tendo em consideração o indivíduo, a família, a escola, os pares (Negreiros, 2001; Chazal, 1981), serviços de aconselhamento, mentoria, programas de resolução de conflitos, acompanhamento escolar e acesso a atividades extracurriculares. A prevenção secundária, foca-se na intervenção com as crianças e jovens que estão em risco de delinquir, dada a presença de um ou mais fatores de risco e/ou perigo, através de um maior foco no desenvolvimento de competências pessoais e sociais com vista à promoção da autonomia dos jovens, como nos mostraram os jovens que alcançaram resultados positivos através das suas capacidades humanas.

Como perspetivas futuras linhas de investigação, seria de extrema importância proceder-se ao estudo de mecanismos que operem a nível do Delinquência Juvenil: crianças e jovens expostos à violência entre ascendentes agregado familiar, de forma a procurar dissipar a modelagem que é muito vincada e presente. Seria igualmente importante a realização de entrevistas biográficas aos pais de crianças e jovens que enveredaram por caminhos desviantes, no sentido de compreender as suas trajetórias e estilos de vida, bem como a estruturação de ações de sensibilização e projetos escolares, com o propósito de educar as crianças.

O modelo que se crê ser o mais apropriado centra-se na resolução de problemas, pois acredita-se que o foco estará na promoção da capacidade de crescimento do indivíduo, o desenvolvimento de uma boa autoestima, resiliência e reflexividade capaz de distinguir um comportamento desviante de um comportamento normativo, como

acontecera com os jovens entrevistados. Deve-se ter em consideração a relação bidirecional indivíduo-sociedade, de forma individualizada, ajudando as pessoas a lidarem com os seus problemas através dos recursos dos meios para atingir os objetivos e as suas necessidades, mas também através das faculdades latentes do indivíduo (Biestek,1996). Sugere-se que a intervenção seja feita através do fator identificado pelos jovens, por processos cognitivo-motivacionais. Mesmo os delinquentes apresentam uma figura ou algum objeto pelo qual nutrem mais empatia impulsadora como uma *“influência para o bem, como há influências para o mal”*.

Para futuras intervenções, em Chelas, crê-se que seja necessário ter-se em consideração sítios mais específicos, dentro de cada zona. Na verdade, foi ainda identificada, a existência de *“spots”* onde os jovens se reúnem com menos propensão a adquirir comportamentos antissociais, pois é frequentado por jovens descritos pelos entrevistados como *“antissociais, que não fazem nada”*. São áreas descritas como propícias aos diálogo e debate dos diversos assuntos. Crê-se que influenciar jovens que apresentam fatores de risco a frequentar estes locais, seria um meio ao desenvolvimento da sua reflexividade, ainda que não seja apto para uma intervenção formal realizada em instituições, talvez seja necessário os profissionais visitem o mundo destes jovens, para que possam direcionar as intervenções à diluição de um fator de risco reconhecido pelos jovens como perigoso, a influência de pares.

## **Limites à investigação**

Apesar da riqueza da análise dos discursos recolhidos, é importante refletir sobre algumas limitações. Como dificuldades e limitações neste processo, deparei-me com a escassez de produção científica neste tema, uma vez que, o cerne da problemática em questão baseia-se essencialmente nos fatores de risco. Apesar de se abordar os fatores de proteção, a mestranda deparou-se com uma ausência de foco na capacidade que os jovens de bairros sociais podem ter na mudança de percurso de vida, dificultando a categorização de fatores que os jovens mencionaram, ainda que ache que esta amostra possa não ser considerada representativa pois alguns elementos consomem estupefacientes, constituindo-se como uma prática reprovada pela sociedade.

Paralelamente a esta dificuldade, a inexperiência da aluna da dissertação na elaboração de entrevistas semiestruturadas individuais e grupais revelou-se um entretave na escolha de perguntas diretas e concisas, ainda que com o decorrer das entrevistas os entrevistados mostraram-se aptos a fornecer informação adicional à pergunta. Ainda assim, esteve presente o receio de que os jovens não contassem tudo por não considerarem relevante ou sentirem receio por se tratar de um assunto delicado, preferindo ganhar mais confiança, necessitando de tempo, que era escasso, devido à situação profissional que me é exigida no momento, comprometendo a fidedignidade das respostas. Creio que fosse necessário um período, pois, de acordo com a literatura, os estudos nesta área carecem de uma pesquisa longitudinal, capaz de analisar as mudanças pessoais e o desenvolvimento de uma individualização num espaço social. Para a manutenção destes resultados é preciso intervir e acompanhar esta importante transição de vida dos/as jovens. Neste sentido, com vista a dar continuidade na procura de fatores presentes nas tomadas de decisão, dever-se-ia estender este estudo a uma pesquisa longitudinal, através da qual, no futuro, se poderiam recolher novos dados junto da mesma amostra, permitindo avaliar a efetiva reação dos jovens ao contacto com a reflexão sobre o que os fez ser o que são.



## Referências Bibliográficas

Abrantes, Pedro (2003), “Os Sentidos da Escola: Identidades Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade”, Oeiras, Celta.

Aires, L. (2011), “Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional” (1ª ed.). Universidade Aberta.

Alonso, A. (2016), “Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução”.

American Psychiatric Association. (2002), “Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais” (4ª edição, texto revisto). Lisboa: Climepsi Editores.

Augusto, N. M. (2000), “Habitação social - da intenção de inserção à ampliação da exclusão”. IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos, Coimbra.

Baerveldt, C., Völker, B., & Van Rossem, R. (2008), “Revisiting selection and influence: An inquiry into the friendship networks of high school students and their association with delinquency”, *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*.

Batthyány, K., & Cabrera, M. (2011), “Metodología de la investigación en Ciencias Sociales”, Montevideo: Universidad de la República.

Beck, U. (1992), “*Risk society: Towards a new modernity*”, Londres: Sage Publications.

Beck, Ulrich e Beck-Gernsheim, Elisabeth (2003), “La Individualización: El Individualismo Institucionalizado y sus Consecuencias Sociales y Políticas”, Barcelona, Paidós.

Becker, H. S. (1963), “*Outsiders: Studies in the sociology of deviance*” New York: The Free Press.

Benavente, R. (2002), “Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia”, *Análise Psicológica*.

Berger, PÁG. L., & Luckmann, T. (2004), “Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno”, São Paulo: Vozes.

Beyers, J. M., Bates, J. E., Pettit, G. S., & Dodge, K. A. (2003), “Neighborhood structure, parenting processes, and the development of youths externalizing behaviors: A multilevel analysis”, *American Journal of Community Psychology*.

Beyers, J. M., Loeber, R., Wikström, H., & Stouthamer-Loeber, M. (2001), “What predicts adolescent violence in better-off neighborhoods?”, *Journal of Abnormal Child Psychology*.

Born, M. (2005), “Psicologia da Delinquência”, Lisboa, Climepsi Editores.

Carlo, G., Crockett, L. J., Randall, B. a, & Roesch, S. C. (2007), “A latent growth curve analysis of prosocial behavior among Rural Adolescents”, *Journal of Research on Adolescence*.

Carrilho, L. M. F. (2000), “Influências Familiares no Desenvolvimento de Trajetórias Desviantes em Adolescentes Institucionalizados”, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.

Carvalho, M. J. L. (2005), “Jovens, espaços, trajetórias e delinquências. Sociologia, Problemas e Práticas. Revista Sociologia, Problemas e Práticas”, ISCTE-IUL.

Carvalho, Maria Irene de (2015), “Serviço Social com Famílias”, Pactor.

Clements-Nolle, K., & Waddington, R. (2019), “Adverse Childhood Experiences and Psychological Distress in Juvenile Offenders: The Protective Influence of Resilience and Youth Assets” *Journal of Adolescent Health*.

Cohen, A. (1955), “Delinquent boys”, New York, 84.

Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990 Código deontológico dos assistentes sociais.

CORSARO, William (1997), “We’re Friends, Right? Children’s Use of Access Rituals in a Nursery School, 1979”, *Language and Society, The Sociology of Childhood*. Thousand Oaks, CA, Pine Forge.

Coutinho, C. M. PÁG. (2014), “Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas”.



Deković, M. (1999), “Conflito entre pais e adolescentes: possíveis determinantes e consequências”, *Jornal Internacional de Desenvolvimento Comportamental*.

Dias, M. (2012), “Fatores de Risco na Delinquência Juvenil: O Grupo de Pares, a Impulsividade e o Consumo de Drogas”, *Dissertação de Mestrado em Psicologia apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto*.

Dubet, F. (1996), “Sociologia da experiência”, Lisboa: Instituto Piaget.

Dubet, F. (2002), “Le déclin de l’institution”, Paris: Éditions Du Seuil.

Elias, N. (2004), “A sociedade dos indivíduos” Lisboa: Dom Quixote.

Erickson, F. (1986), “Qualitative Methods in Research on Teaching”, New York: NY Macmilan

Farral, S. (2004), “Rethinking what works with offenders: probation, social contexto and desistance from crime”, Devon: William publishing.

Farrington, D. PÁG., Coid, J. W., Harnett, L., Jolliffe, D., Soteriou, N., Turner, R., West, D. J. (2003). “Criminal careers and life success: new findings from the Cambridge”, *Study Delinquent Development, Findings*.

Farrington, D., Loeber, R. (2000), “Epidemiology of Juvenile Violence”, *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*.

FERGUS, Stevenson, e ZIMMERMAN, Marc (2005), “Adolescent resilience: A Framework for Understanding Healthy Development in the Face of Risk.”, *Annual Review of Public Health*.

Ferreira, PÁG. (1997), “Delinquência Juvenil: família e escola”, *Revista de Análise Social*, 143, pág. 913-924.

Ferreira, Jorge (2009), “Serviço Social e Modelos de Bem-estar para a infância: Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Proteção à Criança e à Família”, ISCTE-IUL.

Flick, U. (2005), *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor – Projetos e Edições, Lda.

Foglia, W. (1997), “Perceptual deterrence and the mediating effect of internalized norms among inner-city teenagers”. *Journal of research in crime and delinquency*.

Fontana, A. & Frey, J.H. (2000), “The Interview: from structured questions to negotiated text”, Em N. Denzin & Y.S. Lincoln (orgs.), *Handbook of qualitative research*, London: Sage Publications Inc.

Frankl, V. E (1995/2003), “Psicoterapia e sentido da vida: Fundamentos da Logoterapia e Análise Existencial (4ª ed; A. M. Castro, Trad.)” São Paulo: Quadrante.

Freire, I. (1990), “Disciplina e indisciplina na escola. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade de Lisboa”, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Freire, I. (2001), “Percurso disciplinares e contextos escolares - dois estudos de caso”, Universidade de Lisboa. Lisboa. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Freire. PÁG. (1979), “Conscientização. Teoria e Prática da Libertação”, São Paulo: Cortez & Moraes.

Freud, Sigmund (1996), “Psicologia de grupo e a análise do ego”, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Frick, PÁG. J., & Morris, A. S. (2004), “Temperament and developmental pathways to conduct problems” *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*.

Furman, N., & Sibthorp, J. (2013), “The development of prosocial behavior in adolescents: a mixed methods study from NOLS” *Journal of Experiential Education*.

Gaskell, G. (2002), “Entrevistas individuais e de grupos”, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som, Um manual prático*, Petrópolis: Vozes.

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009), “Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Giddens, A (1997), “Sociology. Cambridge: Policy Press”.

Giddens, A. (1998), “As consequências da modernidade” Oeiras: Celta Editora.

Giddens, Anthony (2013), “Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian”.

Gorman-Smith D, Tolan PH, Henry DB (2000), “Um modelo ecológico do desenvolvimento da relação do funcionamento familiar com os padrões de delinquência” *Jornal de Criminologia Quantitativa*.

Guerra, Paula (2002), “A cidade na encruzilhada do urbano: algumas modalidades de relação e um estudo de caso acerca do processo de recomposição espacial e social do tecido urbano portuense na década de 90”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado em sociologia.

Guerra, Paula (2012b), “Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática”, *Revista Angolana de Sociologia*, n. 10, pág. 91-110.

Hawkins, JD, Catalano, RF, Morrison, JD, O'Donnell, J., Abbott, RD, & Day, LE (1992), “O Projeto de Desenvolvimento Social de Seattle: Efeitos dos primeiros quatro anos sobre fatores de proteção e comportamentos problemáticos”, *A prevenção de comportamentos antissociais em crianças* (pág. 139–161). Nova York: Guilford Press.

Hess, K. (2010), “*Juvenile Justice*”, USA, Cengage Learning.

Hoge, R. D., Vincent, G. M. e Guy, L. S. (2012), “Prediction and Risk/Needs Assessments. In Loeber R. e Farrington, D. PÁG. (Eds.)”, *Juvenile delinquency adult crime: Criminal careers, justice policy and prevention* (pág. 150-183). Oxford: University Press.

Holstein, J. e Gubrium, J. (1997), “Active interviewing”. In *Qualitative research: Theory, method and practice*. London: Sage Publications.

John A. Pollard, J. David Hawkins, Michael W. Arthur (1999), “Risco e proteção: ambos são necessários para compreender diversos resultados comportamentais na adolescência”, *Social Work Research*, Volume 23, Edição 3.

Kelly, D. (1978), “*Delinquent Behavior. Interactional and Motivational Aspects*”, Belmont, Dickenson.

Kvale, S. (1996), “*Interviews: An introduction to qualitative research*” Thousand Oaks, UK: Sage.

Lahire, B. (2017), “A transmissão familiar da ordem desigual das coisas”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*.

Lahire, Bernard (1995), “Écritures domestiques: la domestication du domestique”, *Social Science Information*.

Lahire, Bernard (2001), “*L’Homme Pluriel. Les Ressorts de l’Action*”, Paris, Hachette Littératures.

Lahire, Bernard (2002), “*Portraits Sociologiques. Dispositions et Variations Individuelles*”, Paris, Nathan.

Lahire, Bernard (2008), “De la réflexivité dans la vie quotidienne: journal personnel, autobiographie et autres écritures de soi”, *Sociologie et Sociétés*.

Lemert, E. (1972), “Human Deviance, Social Problems and Social Control”, Englewood, Prentice-Hall.

Lemert, E. M. (1974), “Beyond Mead: The societal reaction to deviance” *Social Problems*.

Loeber, R & Farrington D.PÁG. (2001), “Child Delinquents: Development, Intervention and Service Needs”, Sage Publications.

Loeber, R. & Hay, D. (1997), “Key issues in the development of aggression and violence from childhood to early adulthood” *Annual Review of Psychology*.

Manso, A & Fernandes, L. (2012), “Cidade e deriva: condição juvenil e trajetórias de desvio” Congresso Português de sociologia. Porto: Sociedade crise e reconfigurações.

Manso, A. (2006), “Educação para o Direito: Representações sociais de jovens institucionalizados em Centro Educativo”, Tese de Mestrado. Universidade do Minho.

Martuccelli, D. (2007), “La sociologie aux temps de l’individu” *Revue pluridisciplinaire en sciences de l’homme et de la société*.

Maslow, A. H. (1943), “A theory of human motivation”, *Psychological Review*.

Nuttin, J. R. (1983), “Teoria da motivação humana”, São Paulo: Edições Loyola. (Original publicado em 1980).

Matza, D. (1992), “Delinquency and Drift”, Transaction Publishers, U.S.A and U.K.

McNiff, J., & Whitehead, J. (2006), “All you need to know about Action Research” Londres: Sage Publications.

Mead, G. H. (1982), “*Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*” Barcelona: Paidós. (Trabalho original publicado em 1934).

Mendes, Maria Manuela (2005a), “Um olhar sobre a identidade e a alteridade: Nós, os Ciganos e os Outros, os Não Ciganos”, Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa: passados Recentes, Futuros Próximos.

Merton, Robert K. (2004), “Teoria y Estructura Sociales”, México.

Moffitt, T. E. (1994), “Natural histories of delinquency”, Cross-National Longitudinal Research on Human Development and Criminal Behavior.

Moffitt, T. E., & Silva, PÁG. A. (1988), “Self-reported delinquency, neuropsychological deficit, and history of attention deficit disorder”, *Journal of Abnormal Child Psychology*.

Negreiros, J. (1990), “Comportamentos desviantes”, *Psicologia do desenvolvimento e educação de jovens*. Lisboa: Universidade Aberta.

Negreiros, J. (2001), “Delinências Juvenis”, *Editorial Notícias*.

Negreiros, J. (2010), “Definições do conceito de delinquência”, Porto: FPCEUPÁG.

Observatório Permanente da Juventude, disponível em: <https://www.opj.ics.ulisboa.pt/>, consultado a 08 de setembro de 2023.

Pellanda, N. M. C., & Boettcher, D. M. (2012). “Sofrimento na perspectiva da complexidade: integrando todas as dimensões do viver”, *Aprendizagem e Sofrimento: Narrativas* (ppág. 12–22). Santa Cruz do Sul: UNISC.

Piaget, J. (1975), “A Construção do Real na Criança” Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Pires, Á. (2008), “Amostragem e pesquisa qualitativa: Ensaio teórico e metodológico”. *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*, pág.154-211.

Pral, C. (2007), “Oportunidade e risco: Suporte social e fatores psicossociais associados ao fenómeno da delinquência juvenil” Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Pratt, T., Cullen, F. (2000), “*The empirical status of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime: A metaanalysis*”, *Criminology*, 38, pág. 931-964.

Quintas, A. J. (2008), “Onde está o bairro social? O caso de um realojamento social em lotes dispersos na Freguesia da Brandoa: Perceção dos residentes sobre o novo espaço residencial”, Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa).

Rogers, C. (1985), “Tornar-se Pessoa”, Lisboa: Moraes Editora.

SCHEPER-HUGHES, Nancy; HOFFMAN, Daniel. Brazilian Apartheid: Street Kids and the Struggle for Urban Space. In: SCHEPER-HUGHES, Nancy; SARGENT, Carolyn, *Small Wars* (1998), “The Cultural Politics of Childhood”, Berkeley: University of California Press.

Schwartz, R. (1978), “Moral order and sociology of law: Trends, problems and prospects”. *Annual Review of Sociology*.

Simmel, Georg (1986), “Sociologia: estudos”.

Smith, C. A., & Stern, S. B. (1997), “Delinquency and Antisocial Behavior: A Review of Family Processes and Intervention Research” *Social Service Review*.

Souza, J., Kantorski, L. PÁG., & Luis, M. A. V. (2011), “Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental”, *Revista Baiana de Enfermagem*, 25(2), pág. 221-228.

Steinberg, L. (2010), “A dual systems model of adolescent risk-taking”, *Developmental Psychobiology*, 52(3), pág. 216–224.

Strauss, A. e Corbin, J. (1998), “Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory”, Thousand Oaks: Sage Publications. (Obra original publicada em 1990).

Sutherland, E. H. (1945), ‘White Collar Crime’, *American Sociological Review*, Washington, v. 10, n. 2.

Turner, S., Norman, E. & Zunz, S. (1995), “Melhorando a resiliência em meninas e meninos: Um caso para programação de prevenção específica de gênero para adolescentes”, *Children and Poverty*, Vol. 65, Nro 2.

WACQUANT, Loïc (2006), “A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada” Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2006. Pág. 27-39.

WEBER, Max (1982), “Ensaio de sociologia” Rio de Janeiro: Zahar editores.

Widom, C. S. (1989a), “Child abuse, neglect, and adult behavior: Research design and findings on criminality, violence, and child abuse”, *American Journal of Orthopsychiatry*.

WIRTH, Louis (1998), “The ghetto. New Brunswick: Transaction Publishers” ISBN 1- 56000-983-7.

YIN, R. K. (2001), “Estudo de caso: planejamento e métodos”, Trad. de Daniel Grassi, Porto Alegre: Bookman.





## Anexos

### Anexo A- Tabela de Observação

Categorias de observação	Subcategorias de observação
Espaço envolvente	Caracterização física Caracterização sociográfica dos indivíduos Modos de utilização e de apropriação do espaço físico Caracterização sociográfica dos indivíduos Práticas, sociabilidades e relações de vizinhança
Tempos de lazer	Práticas e sociabilidades Modos de utilização e de apropriação do espaço físico

Anexo B- Tabela de Conceitos

<b>Conceito</b>	<b>Dimensões</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Questões</b>
Delinquência Juvenil	Fatores de risco/proteção externos	-Composição do agregado familiar;  -Práticas Parentais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Em que medida a tua família teve influência na tua escolha?</li> <li>2. A relação com a tua família teve influência no teu percurso de vida?</li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como descreves a tua relação com a tua família?</li> <li>2. Na família existem situações de insucesso e abandono escolar, baixa escolaridade ou analfabetismo?</li> <li>3. Qual o parente que sentes mais afinidade?</li> <li>4. O que achas da educação dos teus pais?</li> <li>5. Quais eram as estratégias disciplinares da tua família?</li> <li>6. Sentes que se os teus pais supervisionassem mais as tuas ações e te controlassem mais terias escolhido outro caminho?</li> <li>7. O que aprendeste com a tua família?</li> <li>8. Como é que os teus pais descrevem o teu comportamento em jovem?</li> </ol>
		-Situação escolar/laboral	<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Qual a sua escolaridade? Porquê? [insucesso, abandono, baixas qualificações e carência de aspirações escolares ou estigmatização na escola]</li> </ol>

	<ol style="list-style-type: none"> <li>4. Sentiste que tiveste oportunidades educacionais ou profissionais que tenham contribuído para a tua escolha de seguir um caminho legal?</li> <li>5. Já tiveste contacto com a polícia? Interferiu na tua maneira de ver as coisas?</li> <li>6. Como descreves a tua relação com a escola?</li> <li>7. Sentiste que a escola te deu ferramentas para a vida? Se sim, o que aprendeste na escola que nos dias de hoje utilizas?</li> <li>8. É a própria escola estigmatizante?</li> </ol>
<p>-Situação contextual e social;</p> <p>-Rede de suporte;</p> <p>-Associação a grupo de pares;</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gostas de viver no bairro?</li> <li>2. Quais os principais problemas do bairro? Quais os responsáveis e as sugestões para mudar? Porquê?</li> <li>3. Sentes-te integrado no teu bairro?</li> <li>4. Em que aspeto a zona em que vives te influenciou?</li> <li>5. Quais foram as influências mais significativas que te ajudaram a tomar essa decisão?</li> <li>6. Houve alguém em particular que teve um papel importante nessa decisão? Tiveste alguma figura de referência? No que te influenciou?</li> <li>7. Já te sentiste pressionado a envolveres-te em comportamentos desviantes? Como lidaste com essa situação?</li> </ol>

		<p>8. Acreditas que existem recursos ou apoio disponíveis para ajudar os jovens a evitar comportamentos desviantes?</p> <p>9. Sentes que há estigmas ou preconceitos associados aos jovens de bairros sociais que afetam as escolhas que eles fazem?</p> <p>10. Como descreves a tua relação com os teus amigos?</p> <p>11. Tens amigos que estão completamente à margem das regras sociais?</p> <p>12. Sentias pressão por parte do teu grupo de amigos?</p> <p>13. A situação precária que se faz sentir aqui na zona condicionou algum dos teus pensamentos ou ações?</p> <p>14. Qual é a tua rotina?</p>
<p>Fatores de risco/proteção individuais</p>	<p>- Percurso de vida - Tomada de decisão - Competências Pró-sociais</p>	<p>9. Como interpretas as coisas ao teu redor?</p> <p>10. Testemunhaste alguma experiência que te fez decidir evitar comportamentos desviantes?</p> <p>11. Como ocupas os teus tempos livres?</p> <p>12. Face às condições precárias em que se vive, tens a liberdade de escolher o que queres?</p> <p>13. É possível conciliar vida de responsabilidades com o consumo de estupefacientes?</p> <p>14. O que consideras um percurso normativo?</p>

	<p>Individualização</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que te motivou a escolher um caminho legal e evitar uma carreira desviante?</li> <li>2. O que fizeste em concreto para mudar a tua situação?</li> <li>3. Que benefícios vês nas tuas ações? Até aonde já te levou?</li> <li>4. Como lidas com situações desafiadoras ou tentações que podem surgir no caminho?</li> <li>5. Existem estratégias específicas que utilizas para te maneres no caminho certo?</li> <li>6. O que aconteceu ou qual foi o momento que recordes que tenha sido a mudança de pensamento?</li> <li>7. Quais foram as dificuldades que sentiste no teu crescimento?</li> <li>8. Em que idade começaste a abandonar os comportamentos desviantes? Consegues refletir sobre uma possível causa?</li> <li>9. Qual o fator de risco que reconheces com mais impacto na tua vida? E o de proteção?</li> <li>10. Razão ou emoção?</li> <li>11. Já cometeste algum ato ilícito? O que retiraste dessa situação?</li> <li>12. És livre?</li> <li>13. O que te motiva?</li> </ol>
--	-------------------------	--

Visão prospetiva	Projetos de Futuro	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que achas que poderia ser feito para ajudar outros jovens na mesma situação?</li> <li>2. Está satisfeita com a situação de vida atual? Porquê?</li> <li>3. Qual o fator que achas predominante na tomada de decisão?</li> <li>4. Quais são os planos para o futuro?</li> <li>5. Quais são os teus objetivos para o futuro?</li> <li>6. Se fosses tu a intervir com um jovem/família da tua situação, o que farias?</li> <li>7. Acreditas que evitar uma carreira desviante contribuirá para alcançá-los?</li> </ol>

## Anexo C- Declaração de Consentimento

O presente estudo surge no âmbito de dissertação para conclusão do Mestrado em Serviço Social, no ISCTE-IUL- Instituto Universitário de Lisboa, pela aluna Andreia Ferreira com o respetivo endereço eletrónico [aanmf@iscte-iul.pt](mailto:aanmf@iscte-iul.pt), orientado pelo Professor Doutor Jorge Ferreira, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário.

O guião de entrevista foi elaborado em virtude da realização de um trabalho de pesquisa relativamente à temática da Delinquência Juvenil. A entrevista decorrerá presencialmente, fazendo uso de gravação para fins da transcrição. Gostaria ainda de referir que será garantida a confidencialidade e anonimato relativamente a todas as informações que me forem confiadas, pelo que em nenhum momento do estudo precisa de se identificar. A participação é voluntária, tendo a liberdade de escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação.

A sua participação no estudo irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência através das conclusões que se retirarem das suas respostas, ao nível dos fatores que forem identificados como predominantes na tomada de decisão. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento de conteúdo e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro ter compreendido os objetivos do estudo que me foi proposto participar, tendo-me sido explicado pela investigadora todas as dúvidas às minhas questões, pelo que aceito nele participar.

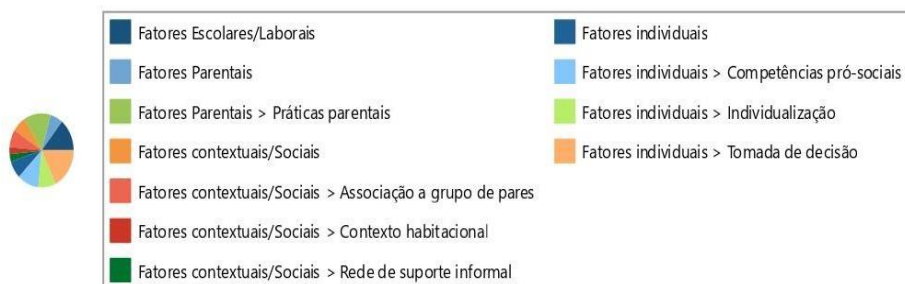
\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data)

Assinatura:

\_\_\_\_\_

## Anexo D– Tratamento de Dados

### Seg. codificados (todos os documentos)



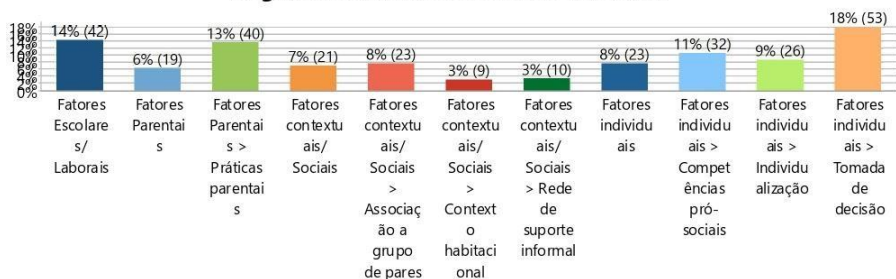
Fatores envolvidos na tomada de decisão

### Seg. codificados (todos os documentos)

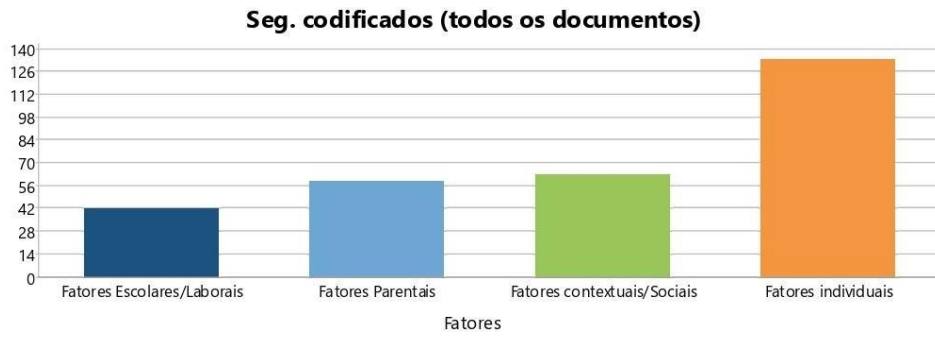


Fatores envolvidos na tomada de decisão

### Seg. codificados (todos os documentos)







**Seg. codificados (todos os documentos)**

